



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES: ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL
CONSERVAÇÃO DE ARTEFATOS

***Arquitetura Colonial de Pelotas: origem, propagação e
objeto de Educação Patrimonial***

LUIZ CLÁUDIO AZEVEDO GUTERRES

Pelotas

2005

LUIZ CLÁUDIO AZEVEDO GUTERRES

***Arquitetura Colonial de Pelotas: origem, propagação e
objeto de Educação Patrimonial***

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes como requisito parcial para obtenção de título de especialista em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos, sob orientação da Professora Mestre Cármen Lúcia Abadie Biasoli.

Pelotas

2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que me auxiliaram na realização desta pesquisa, com as quais, também, aprendi:

*Família: **Jussara da Rocha Guterres**, além de esposa colega de profissão, trabalho e dedicação; **aos filhos**: Raquel da Rocha Guterres (colega de profissão) e Rafael da Rocha Guterres (acadêmico em Processamento de Dados, exerceu a função de fotógrafo e na informática); ao genro Vinicius Ferreira (Técnico em Informática e assessoria);*

Prof^a Cármem Biasoli (orientadora);

Prof^a Simone da Rocha da Silveira (revisão de textos);

Aos professores do CURSO, pela dedicação;

*À **Prof^a Vânia Chaigar**, participante da banca, por auxiliar-me na revisão;*

*Ao **Prof. Luiz Magno Bonini**, pela correção dos textos históricos;*

Sra. Selma Osório Mazza, auxiliou-me no passeio turístico no arroio Pelotas;

À família Aranaldi, por permitir-me a visita à antiga charqueada do Barão de Butuy;

Aos alunos de ontem e de hoje nos quais me inspirei no processo pedagógico;

À Carina Peres por ajudas que obtive;

Ao Airton Santos, como apoio técnico na parte de informática;

Aos colegas de escolas, com quem trabalhei;

Aos colegas de escolas, com quem trabalho, entre eles, o Prof. De Geografia José Luís L. Pereira, nos diálogos e troca de idéias.

*“Lá na úmida senzala,
Sentado na estreita sala,
Junto ao braseiro, no chão,
Entoa o escravo seu canto,
E ao cantar correm-lhe em pranto
Saudades do seu torrão”.*

(Castro Alves 1847-1871 – poeta abolicionista).

“Ao confeccionar este trabalho, desde os primeiros parágrafos, tinha um pensamento fixo na rotina daqueles que, forçados, arrancados da sua terra, viajando na masmorra dos navios negreiros, foram obrigados a trabalhar para uma gente que nunca viram e não sabiam o porquê daquela vida severa, absorta para atender os caprichos daqueles que e ou que queriam viviam no luxo e no esplendor”. Ao africano, tal como o índio, jamais deixou gratuita, àquela vida monstruosa e passou a se organizar e de acordo com sua cultura, deu continuidade à vida coletiva. Os quilombos foram uma realidade de uma época. Mesmo em terra estranha, os negros a adotaram e ajudaram a construir nosso país!

*“A Zumbi e a todos os seus irmãos que erigiram o Brasil colonial, mesmo contra seus princípios: a perda da liberdade, mas que acabaram construindo maravilhas sem usufruírem. Enfim, na História do Brasil, os negros só usavam da arquitetura, muito pouco do que construíram, a não ser a senzala e a cadeia... mocambos e...”. Por tudo isso que eles edificaram sem tirar o menor proveito, agradeço a eles, aos **negros escravos**, mesmo sem tê-los conhecido, também agradeço por ter aprendido!*

Luiz Cláudio A. Guterres

SUMÁRIO

Lista de ilustrações.....	5
Introdução	7
Capítulo I – O Período Colonial.....	12
Os primeiros tempos de Brasil	12
Um pouco da história e da arquitetura.....	14
Capítulo II – O estilo colonial.....	26
Estrutura e características	26
Arquitetura Colonial.....	27
Capítulo III – Dos conflitos luso-espanhóis à história de Pelotas e à formação dos sítios urbanos.....	37
A história de Pelotas.....	37
A formação dos sítios urbanos	39
Capítulo IV – O estilo colonial em Pelotas	49
Pretérito e presente	49
Restauro de legislação	51
Capítulo V – Educação Patrimonial: uma experiência de ensino	56
Conclusão	61
Bibliografia.....	65
Glossário	67
Anexos	70
1. Bernardo de Souza explica projeto.....	71
2. Um arroio patrimônio do Rio Grande do Sul.....	72
3. Projeto de Lei 265/2002.....	73
4. Roteiro Turístico Arroio Pelotas.....	74
5. Boletim Informativo – Lei 11.895/2003	75
6. Questionamentos dos alunos	76

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPA – Antiga charqueada do Barão de Butuy , foto Selma Osório Mazza;	
Figura 1 – Aldeia no Brasil Pré-Colonial – tela de Franz Post.....	13
Figura 2 – Forte no Rio de Janeiro – obra atribuída a Debret	16
Figura 3 – Fortaleza dos Reis Magos, Natal, RN. Foto: Abril Press.....	17
Figura 4 – Conjunto arquitetônico da Casa da Bahia. Foto de Lew Perrilla	17
Figura 5 – Conjunto do Carmo. Ouro Preto. Foto de Euler Cássia	20
Figura 6 – Casa do Noviciado, parte integrante do Conjunto do Carmo em Ouro Preto. Foto de Euler Cássia	21
Figura 7 - Vista parcial de Ouro Preto. Foto de Euler Cássia.....	22
Figura 8 –Vista parcial de outra parte de Ouro Preto. Foto de Euler Cássia.....	23
Figura 9 – Praça Tiradentes em Ouro Preto. Foto de Euler Cássia	24
Figura 10 – Vista dos telhados de Ouro Preto. Foto de Euler Cássia	25
Figura 11 – Vista frontal de antiga charqueada do Barão de Jarau junto ao arroio Pelotas. Foto de Selma Osório Mazza	33
Figura 12 – Edifício mais antigo de Pelotas. Foto de Rafael da R. Guterres	34
Figura 13 – Edifício mais antigo de Pelotas (detalhe das janelas). Foto de Rafael da Rocha Guterres	34
Figura 14 – Edifício mais antigo de Pelotas (detalhe porta e janelas). Foto de Rafael da Rocha Guterres	34
Figura 15 – Casarão dos Mendonça. Foto de Rafael da Rocha Guterres.....	35
Figura 16 – Habitação popular no Bairro Areal. Foto do autor	36
Figura 17 – Mapa de Pelotas: arroio Pelotas e Canal São Gonçalo	40
Figura 18 – Vista da antiga charqueada do Barão de Butuy. Foto do autor	41
Figura 19 – Vista por um outro ângulo da antiga charqueada do Barão de Butuy. Foto do autor	41

Figura 20 – Charqueada São João. Foto do autor	42
Figura 21 – Mapa de Pelotas: 2º sítio, 1º loteamento.....	45
Figura 22 – Casarão dos Mendonça. Foto de Rafael da Rocha Guterres.....	47
Figura 23 – Casarão dos Mendonça. Foto de Rafael da Rocha Guterres.....	48
Figura 24 – Mapa de Pelotas: 2º sítio, 2º loteamento.....	48
Figura 25 – Professor e alunos da Escola M. do E. Fund. Independência.....	56

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve origem a partir da preocupação com a *arquitetura colonial de Pelotas*. Para a educação patrimonial, é de fundamental importância, pois é um estilo arquitetônico que jamais poderá ser esquecido pelo povo brasileiro. É necessário que os nossos alunos e a comunidade escolar, como também as gerações futuras possam, ainda conhecer um estilo que marcou a História do Brasil. Dessa forma, a *herança* histórica está em conexão e harmonia com a identidade cultural do nosso povo, logicamente, sustentada por um grande aparato: *a legislação patrimonial*.

As razões *personais* que dão significado ao meu trabalho, estão relacionadas à *formação urbana de Pelotas*, representadas na origem da *arquitetura colonial*, um patrimônio histórico e cultural voltado para o período das *charqueadas*. Esses edifícios são de maior valor para minha análise, embora simples, pois é um estilo que chama a atenção. De outro modo, a edificação dos edifícios coloniais foi fundamental na formação histórica da urbanização do Brasil. Desde os primeiros tempos de urbanização do país, o estilo colonial foi o que permaneceu por mais de três séculos, tendo contribuído para o embelezamento da colônia, como também, marcando um bom período da história do jovem país. Portanto, esse é um estilo que deu características e sinônimos ao período de colonização.

A definição do tema, arquitetura colonial, surgiu a partir de meus interesses pessoais, porque tais edifícios representam o processo cultural e a valorização histórica de Pelotas. Trata-se da ligação histórica, cultural e econômica, envolvendo o processo evolutivo da arquitetura de Pelotas, partindo do colonial até a

transformação de estilo a que a cidade sofreu.

Com o desenvolvimento econômico, surgiu a grandeza, a prosperidade e, logicamente, o desnível social proporcionado pela atividade saladeril, marcado pela ação escravagista. Tendo como *justificativa*, este trabalho tem o objetivo de despertar a consciência ao educando de todas as idades, para que o patrimônio cultural seja respeitado, começando com a arquitetura colonial histórica e estendendo-se às demais áreas da cultura. Toda forma de representação cultural merece respeito, porque a expressão da cultura traz ao educando um processo de identificação histórica e cultural, imprescindível para a formação do cidadão pelotense. Como a cidade de Pelotas como ainda mantém parte do seu acervo cultural, é preciso, pois, desmistificar a idéia de que arquitetura história não é apenas “casa velha”, mas a *arte* que guarda a nossa história. Não é somente o livro que deve nos contar o processo histórico. A educação patrimonial é o resgate da própria história da cidade, de acordo com a época.

Arquitetura colonial em Pelotas – importante patrimônio que começou com as charqueadas às margens do Arroio Pelotas, tendo-se espalhado por algumas áreas da cidade. O que representa esse estilo para a cidade? Qual a importância de sua restauração?

A partir de um relato histórico sobre o desenvolvimento econômico e social das charqueadas, é abordado um histórico desde o surgimento da primeira charqueada em 1780 até fins do século XIX. A relação dos casarões no estilo colonial localizados às margens do Arroio Pelotas e na área central da cidade. A partir de registros de fotografias, o trabalho teve uma abordagem para expor a real situação física desses casarões e as reais condições de manutenção, considerando que os agentes responsáveis pelo estado em que se encontram, estão na figura dos proprietários e do poder público que devem responder por esse tipo de abandono.

Os edifícios coloniais representam (de forma concreta) a história e a identidade da comunidade pelotense (especialmente, ao aluno do Ensino Fundamental) de Pelotas. Pretende-se conscientizar sobre a importância desse

estilo e quem são os profissionais responsáveis pelo processo de restauro dos edifícios coloniais localizados às margens do arroio Pelotas e na área central, os quais contam os áureos tempos da História das charqueadas. *Conscientizar* a comunidade escolar sobre a importância que representa a restauração dos prédios históricos como fator de identidade cultural, para que possamos entender o que a economia de Pelotas, na época, representava para o Estado e para o país. Conscientizar o aluno a partir do trabalho do professor na valorização da arquitetura colonial. Comparar entre as arquiteturas da elite e a popular, fazendo com que o leitor adquira o senso crítico e a percepção quanto aos níveis sócio-econômico e cultural.

Entender a importância que representa a arquitetura colonial para a História de Pelotas na formação econômica, política e social e o porquê de sua preservação e restauro.

Conscientizar os professores das áreas de Arte, História, Geografia, entre outras a valorizarem o patrimônio arquitetônico, com a finalidade de desenvolver, no aluno, o espírito crítico, a capacidade e compreensão histórica e patrimonial.

A história de uma cidade remonta à identidade cultural da população e, é através dela que o turismo se desenvolve. O presente trabalho foi organizado em cinco capítulos. Cada capítulo traz a preocupação com o patrimônio arquitetônico e a forma de propagar a história da arquitetura pelotense, de forma que o passado da cidade permaneça na paisagem urbana de Pelotas.

O Capítulo I traz o relato do que foi o Período Pré-colonial caracterizado pelos primeiros tempos em que Portugal passou a explorar somente o pau-brasil, sem ter preocupação com a terra que conquistara. O Período Pré-Colonial, anterior ao Período Colonial, ficou marcado pela exploração bastante limitada, pois o principal recurso que procuravam no território, não foi encontrado: o *ouro*. Algumas expedições limitaram-se a patrulhar o litoral, colocando alguns marcos com as armas do rei, mas o povoamento não aconteceu. Nesse período, a arquitetura presente foi a dos indígenas e os depósitos para proteger as toras de pau-brasil.

Entretanto, na segunda parte deste capítulo, ocorre a abordagem do Período Colonial, quando surge a introdução de um estilo arquitetônico, em que Portugal começa a estruturar a exploração no território, dando início ao povoamento. Com os donatários e os governadores, quando chegam os primeiros europeus. Juntamente com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, vieram os primeiros aventureiros, os cadetes de famílias nobres, religiosos, mercenários, artistas, entre eles, os arquitetos: pioneiros para dar ao país o embelezamento arquitetônico. O primeiro artista foi Luís Dias, o precursor dos nossos arquitetos. A preocupação do rei D.João III era a de dar ênfase ao processo de exploração da terra e configurar as primeiras estruturas coloniais, já a partir da arquitetura.

No Capítulo II, há um relato destinado a abranger as características do estilo colonial, a preocupação com a formação do espaço urbano e um pouco da história da arquitetura colonial com a apresentação de ilustrações de alguns edifícios coloniais.

No Capítulo III encontra-se um relato histórico sobre os conflitos ocorridos entre portugueses e espanhóis, relacionando-os com a formação urbana de Pelotas, com ênfase sobre os dois sítios urbanos que caracterizaram a história da cidade, a evolução econômica e a formação dos sítios urbanos.

O Capítulo IV relaciona a importância econômica de Pelotas nos primeiros tempos com o processo de restauro e o que representa na preservação dos edifícios públicos e particulares considerados bens históricos, bem como as considerações e idéias que envolvem os principais restauradores europeus. Além do processo de restauro, há a abrangência sobre a legislação que protege o patrimônio arquitetônico, como também comentários sobre as polêmicas e os fatos pitorescos que têm ocorrido em função da demolição e as atitudes de descaso dos proprietários.

O Capítulo V traz opiniões dos alunos sobre patrimônio cultural e arquitetônico e, *na visão deles*, o que fazer para proteger tal patrimônio, bem como o tipo de lei

que deveria estabelecer critérios para sua regulamentação. Ainda nesse capítulo, procuro valorizar a participação do aluno no processo de busca para melhor compreensão de uma idéia sobre a preservação cultural.

Há, ainda, presença de um glossário, composto e organizado a partir da utilização de dicionários da Língua Portuguesa, de forma que oriente, estimule e contribua para o aluno e o professor nas atividades didáticas de sala de aula.

Finalmente, na conclusão desta pesquisa, apresento os aspectos abordados desde a implantação do Período Colonial, a partir de uma abordagem sobre a história da arquitetura colonial no Brasil e em Pelotas, mas também valorizar a importância do que representa a transmissão da cultura entre as mais variadas etnias que formam o povo brasileiro.

Capítulo I - O PERÍODO COLONIAL

Os primeiros tempos de Brasil

Entre os anos de 1500 e 1530, o território brasileiro não representou muito para a metrópole, a não ser pela exploração de pau-brasil. Existente no litoral, essa madeira foi explorada, justamente pela sua valia na Europa, devido a suas propriedades corantes. Portugal, entretanto, não demonstrava verdadeiros interesses no Brasil, pois o Oriente (Índias) representava muito mais, devido ao comércio lucrativo lá existente. A essa época, foi atribuída denominação de Período Pré-Colonial, anterior ao Período Colonial, porque a exploração lusa foi bastante limitada, já que o principal recurso que procuravam no território não foi encontrado: o *ouro*. Portugal não demonstrava grandes preocupações com a terra que conquistara. Durante um esparso tempo, algumas expedições limitaram-se a patrulhar o litoral, colocando alguns marcos com as armas do rei, mas o povoamento não aconteceu. O lugar conquistado em 1500, ainda estava no abandono e, com isso, corsários franceses se aproveitavam para explorar o pau-brasil. Portugal corria o risco de perder a terra que Cabral e sua frota haviam conquistado em nome do rei D. Manuel.

Os portugueses, mesmo não tendo a necessidade e interesses de explorar a nova terra, começaram a extrair a madeira pau-brasil. Ainda no Pré-Colonial, foram construídas algumas feitorias (pequenos estabelecimentos destinados a tratar, administrar e armazenar o pau-brasil), cujo escambo acontecia entre o índio e o português. Esses estabelecimentos, construídos nos primeiros trinta anos e, também, no Período Colonial, foram erigidos de forma simples, justamente pela rusticidade e pela adequação às condições do meio que as técnicas indígenas e o novo território (meio natural) ofereciam. Mesmo que essas edificações representassem um sincretismo, no entanto, o colono não tentou, nem procurou imitar a habitação indígena, mas seguir os padrões das plantas compactas e retangulares, cobertas, evidentemente, por planos inclinados para o escoamento das águas da chuva (conforme usado na sua terra de origem). Havia, de tal forma, um sincronismo com a habitação do nativo, pois tinham que usar, logicamente, a rústica estrutura de pau roliço com a cobertura de palha, sapé ou folhas de coqueiro.

Os portugueses, por não possuírem grandes recursos financeiros, aproveitaram a estrutura natural do território recém conquistado. Por isso, ergueram suas primeiras construções no Brasil (Figura 1) a partir de observações feitas nas habitações indígenas usando os recursos locais. A arquitetura civil não foi prioritária, mas àquela que era mais importante: a da proteção. Embora aparecesse alguma edificação no Período Pré-Colonial, isso não significou nenhum desenvolvimento, pois os portugueses apenas enviavam as chamadas expedições colonizadoras que, virtualmente, traziam degredados para impedir corsários franceses de explorarem madeira no litoral. Portanto, isso representou um processo secundário na ocupação da terra, já que se tratava de um índice bastante inferior ao da população indígena aqui encontrada.



Figura 1 – Tela “Aldeia” de Franz Post; Foto: José Carlos Moraes. Os portugueses ergueram suas primeiras construções no Brasil a partir de observações feitas nas habitações indígenas e usando os recursos locais. Uma das habitações que persiste até os dias de hoje no nordeste é o mocambo, observar detalhe na tela de Frans Post.

Os primeiros homens europeus que começaram a chegar no litoral, foram os náufragos, degredados e desertores. Isso, pouco representou diretamente no processo de ocupação de povoamento, mesmo com a numerosa prole de mamelucos, pelos quais foram responsáveis. Integraram-se aos indígenas, assimilando sua cultura e religiosidade e, sobretudo, formando “famílias”, dando origem ao tipo mameluco. Essas pessoas serviram de guias em datas posteriores aos portugueses na retomada do território, quando se inicia o Período Colonial, momento em que ocorre a Expedição Martim Afonso.

Um pouco da História e da Arquitetura

A grande expedição colonizadora organizada pelo rei e comandada por Martim Afonso de Souza ocorreu em 1532 e teve o objetivo de dar início à colonização. As primeiras mudas de cana-de-açúcar, trazidas pelo próprio navegador, foram cultivadas em São Vicente. Entretanto, São Vicente apenas iniciou a colonização, não tendo maior importância posteriormente. Isso porque estava distante de Portugal, além de sua localização geográfica comprometer a produção de açúcar, pois seu território caracterizava-se por uma pequena faixa de terra litorânea, cujas condições naturais não eram melhores que a do nordeste. Isso representava que a coroa portuguesa precisaria de mais recursos financeiros para investir em São Vicente. As condições naturais, sobretudo, levaram ao isolamento do litoral do sudeste proporcionando a formação de um povo pobre isolado da região.

As condições econômicas enfrentadas pela metrópole eram sérias, não havia recursos para “abraçar” todo o processo de colonização. Investir no nordeste apresentava mais vantagens. A transferência do litoral do sudeste para o nordeste trouxe vantagens para o processo de exploração colonial, justamente, porque a distância entre colônia e metrópole era bem menor e, sobretudo, porque a metrópole não possuía recursos financeiros para empreender a colonização. Outros aspectos importantes a contribuir para o processo de colonização no Nordeste, foram as condições naturais, que eram bem próprias ao cultivo da cana. As lavouras de cana-de-açúcar proporcionaram o desenvolvimento agrícola do Brasil Colônia, onde o Nordeste se caracterizou como o primeiro centro econômico.

Com o fim do Pré-colonial, Portugal passou a desenvolver as primeiras povoações de várias cidades brasileiras. As primeiras edificações portuguesas no Brasil tiveram, sobretudo, uma característica essencialmente militar e religiosa, pois o litoral recém conquistado deveria ser protegido dos invasores, como corsários franceses e ingleses a serviço de suas respectivas coroas. Portanto, as primeiras grandes obras a terem maior valor foram às obras públicas ligadas à segurança e à religiosidade. O estado e a Igreja estavam juntos na proteção territorial e na fé cristã. Daí o fato de as grandes obras na colônia terem sido as fortificações e os conventos.

Posteriormente, chegam os jesuítas para trabalho com os nativos, dando início à catequese.

O fracasso nas Índias, entretanto, proporcionou o interesse luso e levou ao início da colonização. O Brasil, então, passa a vivenciar um processo de exploração a ser desenvolvido a partir dos grandes proprietários. Por ordem da coroa portuguesa e pelas dificuldades econômicas, como a falta de recursos financeiros, o Brasil foi dividido em Capitânicas Hereditárias, um processo de repartição econômica e política atribuída a donatários, que entrou em funcionamento a partir de 1534, com o objetivo de dar início a colonização e o povoamento em vários pontos do litoral. Começa no Brasil a valorização da grande propriedade que será, daí por diante, o *sinônimo de poder*. Entretanto, não ocorreu o esperado pela coroa. Diante do fracasso das capitânicas hereditárias, a coroa portuguesa tomou a iniciativa de criar o sistema de Governo Geral em 1548, que servia para administrar, povoar e defender o Brasil. O processo de colonização projetado a partir da terceirização não chegou a representar sucesso econômico.

As dificuldades eram imensas e impediram o avanço do empreendimento e em 1549, ocorreu a criação do governo geral e a instalação de Salvador como a capital colonial. No mesmo ano chegou o primeiro governador geral, tomando como decisão o estabelecimento da sede colonial e Salvador foi transformada na primeira capital. O povoamento transformou-se num conglomerado urbano, gerando um núcleo organizado pelo próprio rei, com ruas demarcadas por Tomé de Souza. A própria Salvador chegou a ter na época de 1580, aproximadamente cerca de quinze mil habitantes.

Entretanto, a introdução de um estilo arquitetônico no Brasil só ocorreu a partir da colonização, quando Portugal começa a estruturar a exploração no território e dar início ao povoamento. Com os donatários e os governadores, começam a chegar os primeiros europeus. Juntamente com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, vieram os primeiros aventureiros, os cadetes de famílias nobres, religiosos, mercenários, artistas, entre eles, os arquitetos, os artistas pioneiros para dar o embelezamento arquitetônico e logicamente, a segurança da colônia era de

fundamental importância defendê-la dos invasores. Para se ter um exemplo, (Figura 2), o Forte no Rio de Janeiro, nos mostra o porquê da arte militar ser uma prioridade na colônia.

A preocupação do rei D.João III era dar ênfase ao processo de exploração da terra e configurar as primeiras estruturas coloniais, já a partir da arquitetura. Começou a surgir a primeira arquitetura: militar e religiosa. O primeiro mestre, Luís Dias, foi enviado pelo rei com a responsabilidade da primeira urbanização do Brasil.



Figura 2 – Forte no Rio de Janeiro. Tela atribuída a Debret¹.
Tais construções significavam uma importância muito grande para a metrópole, pois uma construção desse porte representava uma preocupação com a segurança nas principais áreas do litoral.

Esclarecimentos registrados no alvará de 15 de janeiro de 1549, indicam transcrição lavrada por Sousa Viterbo, determinação real, enviando Luís Dias “por mestre da fortaleza e obras que lá mando fazer”. Conforme documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no volume LVII *dos Anais da Biblioteca Nacional*, estudos feitos apontam, através do *Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses, ou a serviço de Portugal*, de Sousa Viterbo. *Várias notícias sobre o Brasil referem-se a esclarecimentos sobre o trabalho do pioneiro dos arquitetos no tempo colonial.* Também há referência histórica no Brasil sobre *Luís Dias*, como relatam nossos documentos oficiais sobre a vinda de *Tomé de Souza*.

¹DEBRET: Jean Batista Debret (1768-1848), pintor francês que retratou a vida cotidiana do Brasil de 1816 até 1831.

Como relata *Rodrigo Melo Franco de Andrade*, em seu livro *Artistas Coloniais* (organizado por *Rodrigo de Melo Franco*), a contribuição histórica de Luís Dias na Bahia, mais precisamente Salvador, está registrada a partir de cartas que Miguel de Arruda enviava a D. João III, com datas de 1551. Textos publicados a partir dessas cartas, indicavam que o dito arquiteto foi responsável por construídos muros da cidade, pela primeira casa da Câmara e a Cadeia, além dos edifícios da alfândega, de armazéns, entre outras obras.



Figura 3 – Fortaleza dos Reis Magos, Natal, Rio Grande do Norte. Foto: Abril Press. O monumento foi iniciado acerca de 1598, sob influência da engenharia militar, porém foi totalmente reconstruída em 1614, sob a participação do engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita. A pedra foi o grande elemento da natureza capaz de produzir o efeito da estratégia militar, capaz de resistir aos ataques dos inimigos.



Figura 4 – Foto de Lew Parrella. Conjunto arquitetônico da Casa da Torre na Bahia. Como se pode observar a pedra foi o elemento responsável pelas construções de fortificações e igrejas. A foto acima é uma comprovação para o leitor testemunhar a veracidade e durabilidade dessas edificações. As ruínas servem de testemunho, o quanto às edificações coloniais resistem às intempéries.

Cartas escritas pelo próprio Luís Dias, endereçadas ao rei, demonstraram que tais obras trouxeram a primeira formação urbana e a devida proteção ao governo geral e a organização da colônia (Figuras 3 e 4). Outra observação feita, numa das cartas enviadas a Miguel de Arruda em Lisboa, foi quanto à utilização de materiais usados nos edifícios públicos, que não eram os mesmos na maioria das casas da cidade. Portanto, os edifícios públicos, de acordo com suas informações, eram de pedra e cal, alguns cobertos por telhas, outros assobradados. Provavelmente, a partir daquela data, tenha aumentado de forma considerável a utilização desses materiais naquela cidade. Convém ressaltar que as edificações sob a responsabilidade de Luis Dias² resistiram até fins do século XVIII, isto é, aproximadamente trezentos anos, mantendo-se inalteráveis, servindo de modelo para casas de outras vilas. As construções daquela época e as futuras passaram a demonstrar veementemente que a colônia começava a ter vida nova. Desde a criação da primeira arte, a européia, no território, os colonizadores levantaram a idéia de que os nativos não tinham cultura e que a cultura de valor era a dos portugueses. Por isso a ênfase à arquitetura militar e a religiosa foram as mais marcantes nos primeiros tempos.

A coroa portuguesa possuía argumentações necessárias para determinar a estrutura do território a se transformar em colônia de exploração, isto é, produzir para exportar. Para isso, a arquitetura militar e religiosa transformou-se num belo aparato para o rei e a burguesia comercial de Portugal usufruírem de seus benefícios. Embora nos primeiros tempos as preocupações da metrópole se referissem às fortificações e aos mosteiros, a arquitetura civil também teve grande destaque e uma presença maciça no processo de urbanização. Pode ser citada a antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto, Olinda, Salvador. Entretanto, era preciso povoar o território ocupado, para que pudesse satisfazer as necessidades econômicas da metrópole.

A preocupação das autoridades portuguesas, primeiramente, era a de ensinar os índios e fazer com que alguns europeus imigrados esquecessem sua cultura. Entre esses imigrantes estavam os cristãos-novos, daí a necessidade de novas

² Luís Dias foi o primeiro artista e arquiteto vindo de Portugal para dar início aos primeiros projetos arquitetônicos na colônia. Possuía o título de *mestre de pedrarias*. Por uma exigência do rei D. João III, permaneceu na Bahia, ainda por muito tempo, mesmo não sendo da sua vontade.

construções religiosas para propagar a fé cristã e, fundamentalmente, erigir novas fortalezas ao longo do território já ocupado. Isso sem protelar as novas determinações reais, que pretendiam defender o território dos estrangeiros.

A riqueza que os portugueses muito admiravam eram os *sambaquis*, depósito funerário indígena e de animais marinhos (conchas), um verdadeiro monumento arqueológico. *De acordo com pesquisas recentes*, o tempo de formação cita sete mil anos, convertendo-se numa reserva capaz de fornecer o primeiro material para erigir casas à moda dos europeus. Conforme os relatos escritos pelo frei Gaspar da Madre de Deus, em “*Memórias para a História da Capitania de São Vicente*”, *foi registrada a importância dessas jazidas arqueológicas para as autoridades locais. Para que se possa entender sua preocupação, observa-se um trecho da carta: “(...) Destas conchas dos mariscos que comeram os índios, se tem feito toda a cal dos edifícios desta Capitania, desde o tempo da fundação até agora, e tarde se acabaram as ‘ostreiras’³ de Santos, São Vicente, Iguape, Cananéia, etc.”*. Portanto, o próprio relato faz abordagens necessárias mostrando a utilização do material que se tornou uma das matérias-primas para as edificações da Capitania.

As reservas formaram-se ao longo do litoral, por isso a presença de animais marinhos (conchas). Por alguns milhares de anos os materiais foram se aglutinando e a partir da pressão dos dejetos originou-se a massa compacta de carbonato de cálcio, próprio para o fabrico da cal. As primeiras habitações origem a partir de *elementos da natureza: pedra, sapé e cal*. Quando Martim Afonso de Souza costeou o litoral do sudeste, avistou modestas construções de pedra cobertas por sapé, arquitetadas pelos brancos misteriosos aqui encontrados convivendo com os índios. Documentos, depoimentos e outras fontes históricas demonstraram a utilização da cal. Foi uma grande descoberta para auxiliar a história.

O período de ocupação continua, ainda, adaptado às condições locais. A adequação ao ambiente da colônia e a consolidação dos primeiros estabelecimentos, proporcionaram as primeiras configurações da paisagem urbana que estava surgindo

³ Ostreiras, conforme o dicionário Aurélio, significa lugar onde se criam ostras; o depósito desse animal marinho é conhecido como sambaqui.

a partir dos edifícios construídos ou em construções que já apresentavam técnicas apropriadas. Raras eram as pessoas que trabalhavam no ramo da arquitetura que não tivessem conhecimento adequado, pois o rei de Portugal já havia designado o Brasil como a fonte de recursos e, logicamente, era necessário melhorar a estrutura da colônia. No processo de formação urbana do Brasil, portanto, as cidades coloniais representaram além da organização administrativa, o espaço urbano destinado ao povoamento, mas não faltou a preocupação com a fé católica, proporcionando a construção das igrejas para abrigar os fiéis, uma necessidade estratégica utilizada pela coroa portuguesa que norteava os anseios e esperanças do povo a partir das preces e comemorações religiosas. Portugal expressou, sobretudo, toda sua organização administrativa no mais representativo espaço urbano composto por um estilo arquitetônico que caracterizou exploração mineradora. É natural que nesse contexto histórico e geográfico, os que mais apresentam destaque para a administração são os edifícios públicos como alfândega, a casa de câmara, a cadeia, armazéns e a sede do governo geral fossem planejados por Portugal para representarem o equilíbrio econômico entre a metrópole e a colônia. É nesse processo de formação do sítio urbano é que as residências tomam forma e ornamentação, mesmo que num primeiro momento haja uma simplicidade ímpar nessas estruturas.



Figura 5 – Conjunto do Carmo - Ouro Preto. Foto de Euler Cássia⁴.

Conjunto arquitetônico formado pela igreja, jardins, cemitério e a Casa do Noviciado. A Igreja do Carmo foi construída em 1767 pela Ordem Terceira do Carmo, uma das ordens mais ricas e poderosas de Ouro Preto.

⁴ Euler Cássia e Souza – repórter fotográfico, nascido em Santo Antonio do Itambé, próximo a Serro, Minas Gerais. Trabalhou por vários anos na Sucursal de O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde em BH.

As residências urbanas, tanto as da elite como as populares, feitas de alvenaria, logo foram definidas dentro de uma linhagem artística e arquitetônica. Decidiram por padrões básicos, mantendo a influência dos engenheiros militares e arquitetos religiosos portugueses. Embora precária, a arquitetura pioneira, rústica e modesta foi *obra* da apreensão de uma tecnologia dominada pelo povo da região. Numa terra em que os europeus não encontraram o metal precioso (ouro), o Brasil apresentava, para a época, recurso natural adequado à arquitetura. As cidades de Olinda em Pernambuco, Tiradentes, São João Del Rei, Sabará, entre outras, mantêm seus sobrados, cuja autenticidade formal, ainda se perpetua. Ouro Preto abriga os belos edifícios religiosos, entre eles o Conjunto do Carmo e a Casa do Noviciado (Figura 5 e 6), os prédios assobradados, aqueles mais modestos, Ouro Preto, conhecida como o patrimônio da arquitetura colonial, também lembra o grande mestre Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. A maior divulgação que as cidades que se caracterizam por apresentar o estilo colonial, é necessário que haja a profunda veneração desse espaço urbano que surgiu em função da herança portuguesa. O respeito das autoridades e da mídia pelo estilo arquitetônico que foi primeiro a ornamentar a urbanização do Brasil Colônia, tenha melhor reconhecimento, para que não seja esquecido nem a população brasileira e, muito menos pelo poder público. Denominada como Vila Rica, (Figuras 6, 7, 8 e 9) na época da mineração, hoje Ouro Preto, o monumento nacional desde 1933 e mundial em 1980 é a cidade é reconhecida como patrimônio arquitetônico pela UNESCO.



Figura 6 – Casa do Noviciado em Ouro Preto. Foto: Euler Cássia. Pertencente ao Conjunto do Carmo, o Noviciado, antes do restauro, foi construído no estilo colonial. Passou por restauração para abrigar O Museu de Arte Sacra em Ouro Preto⁵.

⁵ A casa do Noviciado serviu para dar lugar a um museu, teve a participação de grandes empresas no financiamento para restauração. Um exemplo que deveria ser seguido em Pelotas e região.

A formação de Ouro Preto está interinamente relacionada à mineração, à história do Brasil e da arquitetura. Portanto, para referenciar esse patrimônio urbano, logicamente, é preciso que se valorize a partir do conhecimento histórico. Na última década do século XVII, remonta os primórdios tempos da formação do sítio, quando os bandeirantes encontraram na região os primeiros indícios da existência de ouro. Posteriormente, o movimento em função da cobiça começa a crescer e começar as primeiras concentrações urbanas, de modo que se iniciam de forma rudimentar, as pioneiras construções até chegar as mais perfeitas desse estilo. A seguir, um conjunto de fotos correspondentes à vista parcial de Ouro Preto, onde a primeira (Figura 7) expressa a paisagem urbana a partir de sua característica fundamental demonstrando um equilíbrio na forma, cuja estrutura das fachadas e dos telhados apresentam elementos característicos. Entretanto, o mau estado de conservação que alguns edifícios apresentam, causam preocupações com a política de preservação com que o país vem adotando com ao patrimônio arquitetônico.



Figura 7 –Vista parcial de Ouro Preto. Foto: Euler Cássia.

Antiga Vila Rica, originada da riqueza mineração, transformou-se num belo conjunto arquitetônico que caracterizou a cidade como exemplo de urbanização colonial. O estilo se propagou pelo Brasil. A foto publicada em fins dos anos setenta para início de 80. Nota-se à direita, o terceiro prédio ao alto, já apresenta platibanda, ornamento inexistente no estilo colonial. A platibanda surgiu em fins do colonial próximo do processo de independência política.

As cidades que contam parte da História do Brasil devem ser bem tratadas com projetos. Por serem consideradas patrimônio do país, representam a história da

realidade, portanto administração pública ou proprietários deve evitar a ruína ou a poluição urbana. Conforme a Figura 8, observa-se que um dos edifícios se apresenta em estado de ruína. Pelo menos num centro histórico, a população deve estar conscientizada em função da preservação da cidade. Para que isso ocorra, é preciso que a administração pública passe a exercer um trabalho direto com a população, principalmente na função de conscientizar os próprios moradores, até mesmo na redução de impostos, a fim de que haja a participação entre o poder público e o povo. Pois esse processo beneficia a todos, gerando renda para o município.

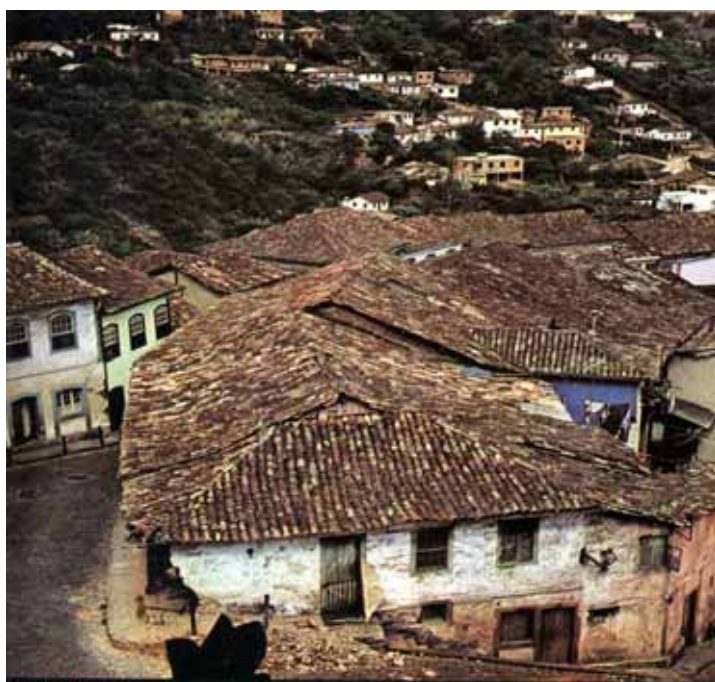


Figura 8 - Vista de uma parte de Ouro Preto. Foto de Euler Cássia. Em primeiro plano, uma construção em estado de ruínas. Um belo exemplo de urbanização colonial, um estilo que se propagou no Brasil, nos tempos coloniais. Como se pode observar, o estado de conservação da cidade não está coerente com as condições de preservação que o espaço urbano caracterizou-se no esplendor da mineração, bem como o título que a cidade ostenta "*Patrimônio Arquitetônico da Humanidade*". Na foto publicada nos fins dos anos setenta, é visível a péssima preservação de um dos edifícios, iniciando um processo de ruína.

O estado de conservação por que passam edifícios históricos no Brasil necessitam da intervenção técnica para evitar e impedir as condições precárias. O descaso com a cultura e a história de uma cidade leva o risco de se perder um processo histórico que levou tempos para ser contado e registrado. Como se pode observar, conforme a Figura 8, há demonstração de tal aspecto. Esse é apenas um exemplo do descaso que, provavelmente o proprietário perde o interesse pela preservação do prédio, isso ocorre em grande parte do Brasil, onde a especulação

imobiliária é maior, o descaso do proprietário é maior, ainda, sem a exigência do poder público na fiscalização, a situação só tende a piorar.

O cuidado, a veneração e o zelo pelo patrimônio devem contar com as políticas públicas, a fim de que a cidade sempre esteja nas devidas condições de receber turistas e pesquisadores. Entre alguns aspectos, a administração direta e indireta deve evitar a poluição arquitetônica para não tirar a vista artística da urbanização histórica, como se pode observar na Figura 9 (foto extraída em fins dos anos setenta), onde a própria Ouro Preto, na Praça Tiradentes possui mais um caráter de puro estacionamento do que um aspecto cultural. Várias cidades do Brasil passam por situações dessa natureza, onde o descaso da administração municipal faz “vistas grossas” na urbanização desenfreada, sem ter um planejamento prévio, onde o seu plano diretor não especifica determinadas áreas como centro histórico.

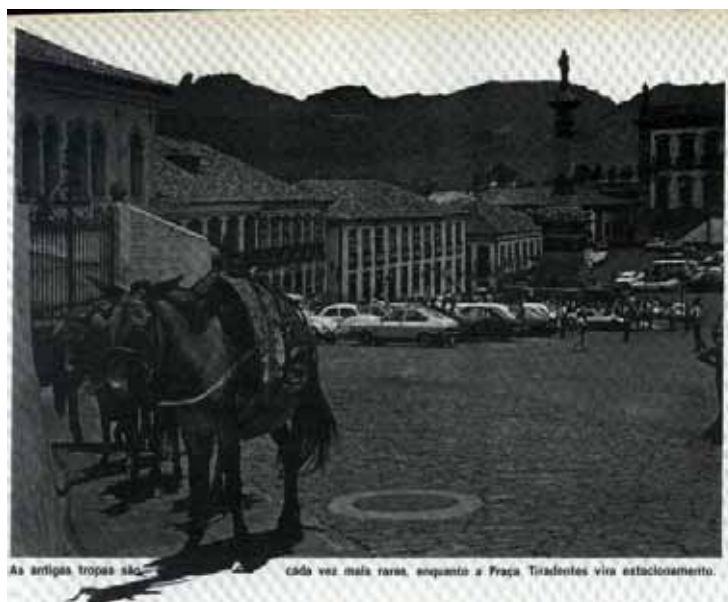


Figura 9 - Praça Tiradentes em Ouro Preto. Foto de Euler Cássia. O estacionamento, em função de uma atividade econômica, tomou conta da atração turística, numa espécie de “poluição⁶” cultural, onde a atração turística e o acervo arquitetônico passam a se transformar como um mero coadjuvante, cedendo espaço ao modernismo empreendedor voltado à especulação. A administração pública deve estar preocupada com o que acontece na área histórica, para que no futuro não determinados transtornos que possam comprometer um projeto de turismo.

Portanto, a criação e a organização de um centro histórico e cultural é considerada de fundamental importância para as sociedades atuais, de forma a contribuir diretamente para a atração turística, sobretudo, caracterizando-se como outra fonte geradora de recursos financeiros para o município. Para isso, o poder público tem a verdadeira responsabilidade de traçar uma política centralizada na

preservação arquitetônica, inclusive com guias turísticos, a fim de que desenvolva uma cultura voltada à história da arquitetura para despertar o conhecimento relativo aos principais edifícios, principalmente aqueles que foram construídos por escravos. De outro modo estimular a população e os estudantes a observarem a forma de cada estilo a partir dos ornamentos, do tipo de telha e relacionar alguns ditados que são do conhecimento da população como “feito na coxa” que está relacionado ao tipo de telha, cuja forma para fabricação usava a coxa do escravo, esse tipo de telha pode ser visualizado na Figura 10. A administração pública, sobretudo, deve preocupar-se ao incentivar a manifestação cultural e os interesses sócio-culturais, assim como, a arquitetura colonial, valorizando a estrutura e as características do Período Colonial.



Figura 10 – Vista dos telhados (arquitetura colonial) de Ouro Preto. Foto de Euler Cássia. Antiga Vila Rica, originada na época da mineração, um estilo que se propagou pelo Brasil. A telha característica desse período.

⁶ Poluição arquitetônica – formação de uma paisagem que contenha uma diversidade de estilo.

Capítulo II - ESTILO COLONIAL

Estrutura e características

A estrutura arquitetônica que teve início logo após a instalação da colônia, havia sido traçada por Portugal como parte integrante, não de embelezamento, mas de proteção ao governo geral e ao território da colônia. A forma de organização urbanística colonial, sobretudo, marcou a arquitetura desde os primeiros tempos na história do Brasil.

Para mencionar a história da arquitetura colonial, é preciso mencionar a região Nordeste. Justamente, o nordeste, sobretudo, deve ser a referência na historicidade da arquitetura brasileira, por tornar-se a primeira área explorada e transformada em sede da metrópole. No primeiro processo urbanístico da Colônia, o nordeste brasileiro se caracterizou como o berço do estilo colonial e representou para o Brasil, a história do estilo colonial. A grande contribuição nesses primeiros tempos de arquitetura foi a responsabilidade do pioneiro no Brasil Colonial, a figura de Luís Dias. O projeto de urbanização que fora instalado, sobretudo, como parte integrante da segurança, serviu de exemplo de embelezamento histórico a ser estudado.

O arquiteto Luís Dias, ao endereçar cartas ao rei, demonstrou que as obras do Brasil Colônia que, do ponto de vista histórico da arquitetura, as obras do Brasil Colônia, que consistiam na descrição dos dois baluartes erigidos para a proteção da sede do governador geral, é a referência do próprio arquiteto com relação à primeira casa da Câmara e Cadeia. Enfim, os edifícios públicos eram obras consistentes e muitos bem acabados de pedra e cal, cobertos de telhas e alguns já assobradados. As construções da época em que o arquiteto pioneiro esteve no Brasil, logicamente, indicam que foi nesse período que se iniciou o processo de urbanização no território colonial.

Acredita-se que na cidade de Salvador, desse período em diante, a utilização de tais materiais (pedra e cal) tenha, até mesmo, aumentado de forma considerável. Entretanto, até a data de construção dos edifícios públicos, a maioria das casas

existentes em Salvador não foram construídas com os materiais idênticos aos utilizados nas edificações que estavam sob a responsabilidade de Luís Dias. Quanto ao aspecto histórico, sobretudo, a construção dos baluartes erigidos para proteção à sede do governo, representava o interesse da metrópole, em relação à colônia e, acima de tudo, a preocupação com a segurança do território conquistado. Logo, a preocupação com a defesa da colônia e a devida ocupação do espaço representou a formação urbana.

A organização do espaço urbano no Brasil Colônia já demonstrava o início de uma estrutura e a determinação do processo administrativo para as explorações que iriam caracterizar a colônia de exploração e marcar, sobretudo, sua arquitetura. Luís Dias salientou-se como o arquiteto pioneiro e responsável pelas características de um estilo que representaria, futuramente, um símbolo do Período Colonial. Portanto, a organização e o planejamento já determinavam a própria urbanização da colônia.

A urbanização que estava sendo delineada marcava a localização da Casa de Câmara e a Cadeia (ver anexos). Outra observação feita, numa das cartas enviadas a Miguel de Arruda em Lisboa, foi quanto à utilização de materiais usados nos edifícios públicos não serem os mesmos na maioria das casas da cidade. Convém ressaltar que os edifícios públicos, de acordo com suas informações, eram de pedra e cal, cobertos por telhas, outros assobradados. As edificações que estavam sob a responsabilidade de Luis Dias conseguiram resistir até fins do século XVIII. Devido a essas condições é que a arquitetura de Luis Dias atravessou quase trezentos anos, marcando a história da arquitetura no Brasil.

Arquitetura colonial

A expansão da arquitetura colonial passou a ocorrer conforme o desenvolvimento econômico, marcado por diferentes tipos de atividade e o tipo de exploração que surgia em cada região. Por estar mais próximo da Europa, o nordeste apresentava as maiores condições econômicas, pois a *coroa* e a *burguesia* mercantil portuguesas não podiam investir muito nas regiões mais distantes da colônia, por isso o processo de colonização marcou o nordeste como o primeiro centro econômico do

Brasil. Logicamente, nessa conjuntura econômica, a preferência em transformar tal região em território de exploração, permitiu que a arquitetura também estabelecesse sua importância.

As construções no nordeste, primeiramente na Bahia e depois em Pernambuco, são as que merecem destaques pioneiros. A arquitetura, nesse período, também passou a representar uma importância no processo de urbanização, juntamente com o econômico, que transformava o Brasil numa colônia de exploração. Os interesses da metrópole no nordeste permaneceram até as invasões holandesas, quando ocorreu a crise e a queda do açúcar brasileiro no mercado internacional.

O surgimento da mineração despertou novos interesses no território do sudeste, pois a metrópole já enfrentava dificuldades nas exportações devido à crise açucareira, já que as maiores importadoras do açúcar (companhias particulares holandesas comandadas pela burguesia comercial e maiores compradoras do produto da colônia), haviam levado mudas da cana para as Antilhas. Em fins do século XVII começou a surgir às primeiras descobertas de ouro no sudeste, marcando um novo ciclo econômico na colônia. A atividade mineradora atraiu a cobiça dos aventureiros paulistas para a zona de mineração. A mineração levou a metrópole a uma nova etapa na economia e a colocou num outro cenário de exploração, aumentando o interesse por parte da coroa portuguesa e, de certa forma, da Inglaterra, de quem Portugal dependia economicamente. A exploração de metais preciosos trouxe o crescimento de uma forma geral, inclusive a própria habitação também refletiu o esplendor do território. Somente com a mineração é que o sudeste começa a ser importante para a coroa portuguesa e torna o segundo centro econômico. Essa atividade passou a despertar novos interesses que proporcionaram o surgimento de uma arquitetura do mesmo estilo daquela construída no Nordeste. Num primeiro momento muito simples, entretanto, com o desenrolar das explorações o enriquecimento começou a marcar um estilo até mais requintado.

As primeiras habitações tinham que ser provisórias, pois no Brasil daquela época não existia indústria para atender ao planejamento urbano para instalação de populares e aventureiros que quisessem explorar o sudeste. A proibição de Portugal

sobre a colônia era muito forte e a fiscalização bastante rígida. O primeiro momento em que surgiu a arquitetura no Brasil, foi de uma forma bastante rudimentar, pois o que houve nos primeiros anos foi o aproveitamento do que a natureza oferecia aos primeiros habitantes europeus que aqui chegavam. Lentamente as características dessas habitações foram aperfeiçoadas e evoluídas.

A arquitetura civil, de uma forma primitiva, como parte integrante desse estilo, apresentou suas particularidades: “as habitações eram os ranchos de única peça” ou como mencionou Silvio Vasconcelos *“simples telheiros que acolhem o homem e seus trastes, seus animais, suas ferramentas”*. Nos primeiros povoamentos da época da mineração, ainda quando o ouro não passava de uma promessa no processo de exploração do Brasil Colônia, a habitação, nos povoados primitivos, não passava de ranchos compostos por uma peça, e bastante pobres e rudimentares, não compreendiam um estilo.

As construções desses ranchos ocorriam com o aproveitamento do sapé, fundamentalmente, a partir do uso de materiais explorados da própria região e, sobretudo, a armação de paus toscos se fazia presente, cujos vãos eram revestidos de barro. A utilização dos materiais que a própria natureza oferecia se fazia necessária para o devido abrigo de cada família, à medida que ocorria a devida exploração da região. A população que foi se formando nessa parte do território colonial sentiu a necessidade de continuar aprimorando suas habitações. A tentativa de construções de taipa de pilão não teve muito sucesso na zona das chamadas “minas gerais” (a região ainda não tinha o nome oficializado), devido ao solo da região não apresentar as mesmas propriedades que o de São Paulo. Conjuntamente com a exploração de riqueza, as primeiras casas e mais tarde a formação urbana levou a região a apresentar um desenvolvimento ímpar em relação ao Nordeste, planejado para produzir, exportar e abastecer mercado europeu. O território situado no interior do sudeste, atualmente o estado de Minas Gerais encontrou um crescimento rápido devido às necessidades da metrópole na comercialização do açúcar. Isso levou também a uma valorização da sua arquitetura.

O Sudeste, quanto a sua arquitetura, se caracterizou através de uma realidade social diferente. Marcado pela pobreza e o surgimento da riqueza natural e não-agrícola, fez com que o interior do sudeste iniciasse de forma bastante rudimentar e partisse para a evolução rumo à riqueza. Para satisfazer as necessidades habitacionais, foi preciso utilizar os próprios recursos oferecidos pela natureza.

A metrópole proibia a existência de indústrias na colônia⁷, quando muito algumas manufaturas ligadas à tecelagem de panos para atender principalmente os escravos e à população muito pobre. As explicações anteriores servem para comprovar que materiais utilizados nesses ranchos deveriam ser utilizados de forma natural devido à baixa ou a inexistente tecnologia e a falta de planejamento urbano na zona de mineração, que se iniciava a partir de aventuras e incertezas na época. Recursos como o sapé ou sapê, espécie de gramínea usada para cobrir choças, ranchos (habitações simples) e os paus usados não eram trabalhados, isto é, não polido, eram explorados das matas com alguma preparação e empregados nas casas. A chegada dos pioneiros à região, motivou as construções das primeiras casas.

O desenvolvimento econômico originado da mineração proporcionou às famílias suprimir a planta quadrada pela retangular, por compreenderem que o melhor aproveitamento do espaço físico traria a própria comodidade da casa. Então, a arquitetura passou a representar outro significado para cada família. De simples moradia, a contribuição cultural.

Os primeiros povos dos reduzidos povoados do interior do sudeste foram responsáveis pela habitação que começou, lentamente, a apresentar um estilo, embora primário e rudimentar, mas uma característica própria. As habitações eram ranchos de uma peça. Entretanto, elas começaram a sofrer uma transformação significativa, pois a única peça sofreu uma alteração onde foi acrescentada uma cruz para dividir as casas. Resultado: a origem das primeiras casas no sudeste. Um estilo

⁷ Colônia de exploração: por determinações da metrópole, não se podia industrializar nada aqui no Brasil. As várias tentativas de industrializar a colônia, quando descobertas, a coroa portuguesa ordenava a destruição desses estabelecimentos. Na verdade, o que acontecia era a dependência econômica ao processo industrial inglês.

que se tornou próprio da região.

Estudos comprovaram que essas habitações raramente fugiam ao esquema, pois o estilo apresentava plantas quadradas, onde os cômodos eram quadrados, janelas também quadradas colocadas exatamente na metade das paredes. Posteriormente surgiu uma outra evolução nesse estilo. Logicamente os “puxados” construídos para frente ou para as laterais significaram um avanço, porque as famílias foram crescendo e havia a necessidade de aumentar o espaço físico da casa.

O arquiteto Silvio Vasconcelos⁸ esclarece que a evolução de puxados para frente ou laterais teve como fator principal o fato de que as famílias foram crescendo e necessitavam de maior espaço físico nas habitações de acordo com as condições econômicas de vida e no desejo de maior conforto, por isso a planta quadrada foi substituída pela retangular. Segundo ele, aparece um caráter mais sofisticado, com o acréscimo de saguão, o quarto de hospede, o salão de visitas, a varanda traseira, como também, os forros de madeiras, uns até bem trabalhados com decoração. Contudo, as vilas cresceram e o espaço horizontal não teve mais lugar para expandir-se. Como não dispunham de espaço para expansão para os lados, avançavam em direção aos fundos. As moradias passaram a se tornar espremidas. Devido à dificuldade espacial, o arquiteto mencionou que as novas casas se tornaram altas (lançam-se para o alto), devido à falta de lotes para a expansão, daí o aparecimento dos sobrados, cujos cômodos atingiam até quatro metros. O aparecimento de escadas e portais foi virtual.

A arquitetura urbana mineira possuía uma característica peculiar, Vasconcelos relata que a da zona rural foi mais tipicamente mineira. A explicação justifica que enquanto a arquitetura do litoral foi composta por dois pavimentos com varanda de canto, a de São Paulo foi a casa baixa de taipa de pilão, com varanda aberta e entalada entre dois cômodos nas extremidades da casa. Em Minas Gerais as casas

⁸ O arquiteto Silvio Vasconcelos, na época, diretor da SPHAN em Minas, quando proferiu conferência no “Primeiro Seminário de Estudos Mineiros” no início da década de sessenta, promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais. O arquiteto já é falecido.

de fazenda eram erguidas sobre esteios de madeira. Logicamente os esteios estavam na parte da frente da casa, pois a parte de trás estava no mesmo nível do terreno como forma de aproveitamento do aclave natural oferecido pelo próprio solo. Conforme a explicação do ex-diretor da SPHAN (*Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*) mineira, o arquiteto Silvio Vasconcelos, a parte baixa nunca era fechada por paredes, ou seja, no máximo por gradeados de madeiras, porque havia o funcionamento de depósitos ou arreios, como também estava relacionada à localização de estábulos.

À medida que a economia mineradora se tornava importante, gerava o enriquecimento da região, e beneficiando uma pequena camada social, projetando o território das Minas Gerais e tornando a arquitetura colonial um símbolo da mineração. Avançava, dessa forma, um crescimento econômico proporcionando desenvolvimento urbano do interior do sudeste. Como todo recurso mineral não se renova, as Minas Gerais “viu” a crise o esgotamento de sua principal riqueza: o ouro. Chegava, então, o fim do ciclo do ouro na Colônia.

Portugal começara a enfrentar outra crise e, com o segundo ciclo econômico a se extinguir, pagou um preço muito alto: nada investiu do ouro que explorou, pois efetuou pagamento de sua dívida externa à Inglaterra. Dependente do capital inglês, a coroa portuguesa, novamente, enfrenta outra realidade preocupante: o que era solução, o segundo centro econômico entra em decadência econômica. A decadência mineradora levou as pessoas mais abastadas a procurarem outra atividade para continuar enriquecendo. Da mineração ficou apenas na lembrança: os belos edifícios coloniais.

No final do século XVIII, quando ocorreu a crise, o esgotamento do ouro que provocou a emigração dos mineiros mais abastados. A solução encontrada foi de procurar o caminho para São Paulo, em busca de terras férteis. A chegada desses mineiros proporcionou uma contribuição cultural, pois as pessoas recém chegadas traziam embasamento cultural e a pretensão de enriquecer. Entretanto, o paulista caipira possuía outro comportamento cultural e bem mais simples. Possuía uma vida diferente daqueles que estavam chegando. Acostumado o paulista caipira a que

estava “condenado” ao isolamento histórico, se viu frente a uma nova realidade trazida pelos mineiros afortunados, entre a contribuição cultural estava a arquitetura.

O estilo arquitetônico colonial originado da metrópole e implantado no Brasil Colônia a partir da organização urbana e administrativa se espalhou por todos os cantos do território. Portanto, a arquitetura caracterizou a urbanização de Pelotas foi representada, de certa forma, um retrato de Portugal. Logo, a atividade econômica que marcou da região junto ao Arroio Pelotas, posteriormente tendo recebido a condição de Freguesia em 1812, o primeiro tempo de prosperidade econômica surgiu da produção charqueadora (figura 11). Os edifícios (Figuras 12, 13 e 14, o mais antigo) que foram erigidos, posteriormente, representaram o crescimento econômico de Pelotas e região. Tempos mais tarde, começaram a surgir loteamentos (conforme figura 15) nos sítios da então freguesia.



Figura 11 - Vista frontal antiga charqueada. Foto de Selma Osório Mazza. Pertenceu ao Barão de Jarau, situada junto ao Arroio Pelotas, representou a prosperidade econômica.



Figura 12 - Edifício mais antigo (detalhe porta e janela). Foto: Rafael da Rocha Guterres. Construído em 1831, no sítio urbano planejado, primeiro loteamento na rua Major Cícero entre Anchieta e Gonçalves Chaves. As figuras 12, 13 e 14 estão relacionadas ao prédio colonial. Na foto 12, pode ser visto um edifício do verticalismo (representa poluição). Como pode ser visto, numa forma rudimentar, a madeira de lei, utilizada na época é resistente para enfrentar as condições meteorológicas do clima de Pelotas, do clima subtropical⁹



Figura 13 – O prédio mais antigo de Pelotas (detalhe das janelas) – foto de Rafael da Rocha Guterres. Observa, no detalhe, das janelas, o estilo português na forma de guilhotina. A madeira de lei, resistente à intempérie.



Figura 14 - O edifício mais antigo de Pelotas. Foto de Rafael da Rocha Guterres. Situado no primeiro loteamento.

⁹ Clima Subtropical – é a transição do clima tropical para o temperado. O subtropical de Pelotas apresenta umidade bastante acentuada, onde a média está em torno de 70 a 85%. Umidade que é empurrada pelo do oceano pelos ventos. O efeito climático característico da cidade provoca efeitos corrosivos nos edifícios, tanto internos como externamente. Esse é um grave problema que atinge todas as construções, inclusive os históricos. Como pode ser visto, abaixo das janelas, a ação do tempo é um exemplo, logicamente, que as condições naturais os proprietários devem, continuamente, manter-se em estado de alerta para qualquer corrosão que possa deteriorar um edifício, apesar dos custos para a manutenção que não são acessíveis. No entanto, uma outra gravidade muito pior que as condições climáticas é vandalismo. Essa ação de destruição, como nos mostra a foto 14, um sinal de pichação.



Figura 15 – Casarão dos Mendonça. Foto de Rafael da Rocha Guterres.

Edifício no estilo colonial, localizado na rua 7 de setembro esquina Gonçalves Chaves. A localização deste edifício era o limite sul do loteamento de Antonio dos Anjos. Observa-se o estado de ruínas. Sua restauração poderia ser vantajosa para o turismo, pois, juntamente, com outros poucos espalhados pela cidade. Construções desse estilo serviriam como relato histórico de uma época em que foi planejado o segundo sítio urbano.

A cidade de Pelotas tem enfrentado grandes dificuldades em manter seu acervo arquitetônico, em função de alguns aspectos negativos, tais como o excesso de burocracia que favorece indiretamente o descuido e ou o descaso de alguns proprietários. Isso ocorre em função de alguns não cumprirem as leis. Por outro lado, o tempo promove com que eles atinjam seus objetivos: a ruína (a queda) e, posteriormente, a especulação imobiliária. Como pode ser observado na Figura 15, o estado de abandono desse edifício é de longo tempo e já foi notícia de jornal por algumas vezes. Nesse caso, nenhuma determinação foi tomada com relação à restauração desse prédio, pois haveria condições históricas que determinassem sua preservação, além de estar situado no limite do primeiro loteamento do segundo sítio urbano. Outro aspecto para merecer destaque em Pelotas seria a habitação popular, para estimular a comparação entre as arquiteturas da elite e a do povo. A arquitetura popular (Figura 16), por se caracterizar pela simplicidade, facilitaria melhor compreensão em torno de uma interpretação histórica, pois o povo poderia ter melhores condições para analisar e relacionar as dificuldades econômicas e sociais de acordo com as épocas pelas quais a cidade passou.



Figura 16 – Habitação popular no Bairro Areal. Foto do autor.

Situado no loteamento numa área mais afastada do primeiro sítio urbano, esse edifício, embora apresente características coloniais, é uma habitação popular bastante rústica, como se pode observar a forma das janelas e da porta. Proprietários que não possuem condições de mantê-lo numa situação perfeita, cuja manutenção está diretamente relacionada às dificuldades financeiras, poderiam ser conscientizados a requererem ajuda a partir do poder público. Prédio situado, no entroncamento das avenidas Domingos de Almeida com São Francisco de Paula. Tal propriedade é cobiçada por algumas pessoas ligadas ao mercado imobiliário, pois o local é adequado a algum empreendimento ou a um conjunto habitacional. Como se trata de um prédio popular, não há interesses em preservá-lo, por não ter sido de propriedade de nenhum barão, visconde ou de outro título nobre.

A sensibilidade para ser projetada na arte, entretanto, existe se o observador estiver conscientizado. A aprendizagem artística, na concepção de cultura, na população da periferia exige um processo simples, objetivo sem ser erudito, para que haja o acesso a projetos culturais. Instrumentos destinados a produzir espaços culturais são os que mais se aproximam da realidade do povo. A participação popular está estruturada na forma como ocorre o conhecimento. Primeiramente, é preciso que exista uma política-econômica organizada no turismo, porém o resgate da história da região é essencial, pois a compreensão do espaço geográfica da *zona sul* do Rio Grande do Sul possui, no processo histórico, muitas lutas pela posse do território entre portugueses e espanhóis.

Capítulo III - **DOS CONFLITOS LUSO-ESPAANHÓIS À HISTÓRIA DE PELOTAS E À FORMAÇÃO DOS SÍTIOS URBANOS**

A história de Pelotas

A União Ibérica, iniciada em 1580, proporcionou a anulação do tratado de Tordesilhas, decretado em 7 de junho de 1494. Não havia mais motivos de seguir vigorando um acordo entre duas nações que se transformaram numa somente. Entretanto, sendo desfeita em 1680, surgiram os conflitos, pois os espanhóis começaram a reivindicar os territórios que lhes pertencera, de acordo com o extinto tratado. Os portugueses aproveitaram o fato de não haver mais barreiras, se lançaram na conquista de territórios em direção ao interior. Isso proporcionou um avanço na exploração por parte dos bandeirantes no apresamento aos índios das aldeias da Companhia de Jesus.

O término da União Ibérica levou os espanhóis à tentativa de reconquistar territórios que passaram ao domínio luso. Com o fim do poder ibérico, a coroa espanhola passa a avançar e ocupar antigos territórios. A ocupação de áreas que estavam nas posses dos portugueses como as regiões de Sacramento e a Vila do Rio Grande, foi uma reconquista e gerou de conflitos entre os antigos “parceiros”.

A tomada dos espanhóis por Ceballos em 1763 à Vila do Rio Grande e a Colônia do Sacramento levou a um confronto de áreas coloniais. No entanto, cinco anos antes da ocupação espanhola à Vila do Rio Grande, a coroa portuguesa destinou a doação da sesmaria ao coronel Thomas Luís Osório a 18 de junho de 1758, concedida por Gomes Freire de Andrade, o então governador do Rio de Janeiro e capitão-general das províncias do sul, ao vir demarcar nossas fronteiras, conforme estabelecia o Tratado de Madrid de 1750. A primeira referência histórica de Pelotas ocorreu pouco antes de conflitos que marcariam duras disputas em meio a tratados, produção econômica e administrações político-administrativas. A decisão dos espanhóis de retomarem antigas áreas proporcionou significativos conflitos com os portugueses que haviam ocupado o território sulino, mexendo, inclusive, com a população portuguesa obrigada a emigrar para outras áreas mais seguras.

A localidade onde se situava a sesmaria de Thomas Luís Osório recebeu parte da população retirante dos lugares ocupados pelos espanhóis, dando origem a um contingente populacional da futura freguesia. De acordo com Fernando Osório, no livro “A cidade de Pelotas”¹⁰, relatando que a sesmaria, concedida ao ilustre militar e coronel dos dragões, localizava-se no “(...) sangradouro da Lagoa Mirim (S. Gonçalo) e Arroio Pelotas até topar com o Arroio Corrientes, e de este a Lagoa dos Patos no lugar de Canguçu”¹¹. Nessa referência, o autor menciona que obteve informação na Intendência Municipal de Pelotas. Convém lembrar que as sesmarias eram doadas a militares que defendiam os reais interesses da coroa portuguesa no território da colônia e a homens de posse, como relata o historiador e professor Moacir Flores, no livro¹² e em suas palestras. Isso prova que a organização territorial resumia a questão política a partir do poder do latifúndio. O povoamento da região aconteceu após as invasões espanholas, antes da criação das charqueadas.

O desenvolvimento econômico surgiu somente a partir de 1780 com a instalação da primeira charqueada por José Pinto Martins, que proporcionou o crescimento significativo da região. A localização do estabelecimento de Pinto Martins favoreceu o surgimento de outras charqueadas, que obtiveram o mesmo desenvolvimento, proporcionando a evolução econômica e urbana.

A prosperidade e a fama através do charque logo assumiu grande importância perante a economia da Província de São Pedro e, logicamente, para o Brasil, ainda colônia. Em 1808, Pinto Martins contava com casa comercial em Rio Grande e, com o devido apoio dos estancieiros, empregava grande número de famílias, aumentando o tráfego fluvial e criando condições adequadas ao transporte de carga e o surgimento da cultura de trigo. A estrutura econômica estava organizada. Quanto ao transporte, era utilizado pela laguna dos Patos até a Barra. Esse crescimento econômico e populacional fez com que ocorresse, também, o desenvolvimento urbano. A economia crescia, bem como, as exportações, cujo produto era comercializado,

¹⁰ OSÓRIO, Fernando. A cidade de Pelotas. 2ed. Porto Alegre, Globo, 1962, p.17 –18.

¹¹ Idem.

¹² FLORES, Moacir. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1990, p. 37.

inclusive para os Estados Unidos e Cuba. Evidentemente, que, com a prosperidade inegável, outras charqueadas também obtinham sucesso econômico.

Entretanto, a criação de uma capela era de fundamental importância, pois para a realização de registros de nascimentos, de batismo, casamentos e obituários a comunidade era obrigada a se deslocar para a Vila do Rio Grande. As dificuldades eram tantas e acabavam se tornando um entrave para a população aqui existente, tanto é que em 1810 os moradores dessas terras já solicitavam a criação de uma freguesia e o erguimento de uma capela.

Historicamente, analisa-se a formação do espaço urbano de Pelotas, a ser compreendido, por dois núcleos urbanos. Para melhor compreensão a formação histórica de Pelotas, é preciso fazer um comentário relacionado à atividade econômica que proporcionou *sua origem e seu desenvolvimento* e, posteriormente, estabelecer critérios que possam justificar a ordem dos sítios urbanos, cada um no seu processo de formação.

A formação dos sítios urbanos

O primeiro sítio urbano está relacionado ao local onde surgiram as charqueadas pelotenses. Com o movimento grande e moradias naquele local começaram a formar esse sítio urbano. Concentrado às margens do arroio Pelotas surgia o sítio urbano (conforme o mapa da época, Figura 17) que, posteriormente, a urbanização evoluiu. Por um lado se desenvolveu em direção às áreas mais altas, enquanto que por outro, houve o planejamento de um novo sítio, esse, de forma planejada. Justamente porque no sítio urbano¹³, era muito grande a produtividade e a existência de moradias se fazia necessária, devido ao processo administrativo desses estabelecimentos, inclusive, nos primeiros tempos, onde os próprios charqueadores residiam nas áreas próximas das charqueadas. A própria charqueada de José Antônio Moreira, o Barão de Butuí (Figuras 18 e 19), exemplifica onde o

¹³ Sítio urbano: o espaço onde surge, sem o devido planejamento, a urbanização, mas sim pela determinação e desenvolvimento econômicos. Logicamente, é o espaço em que ocorre o conglomerado urbano originado a partir de uma atividade econômica, seja ela industrial ou comercial ou outra que caracterize a situação de crescimento de uma região.

edifício servia de moradia e administração dos empreendimentos saladeris. Nessa época, a arquitetura que começara a ser erigida, pertencia ao estilo o colonial, o mesmo que serviu para dar início ao processo de colonização do território brasileiro. Para servir de embasamento, neste trabalho, observa-se, a seguir, alguns exemplos de edifícios pertencentes a antigas charqueadas que chegaram a prosperar no primeiro *sítio urbano*, como relatam o edifício que pertenceu a José Antônio Moreira e a Charqueada São João (figura 20), pertenceu a Gonçalves Chaves, se apresenta em condições de receber turistas, porém a que foi de propriedade do Barão de Butuy está se transformando em ruínas.

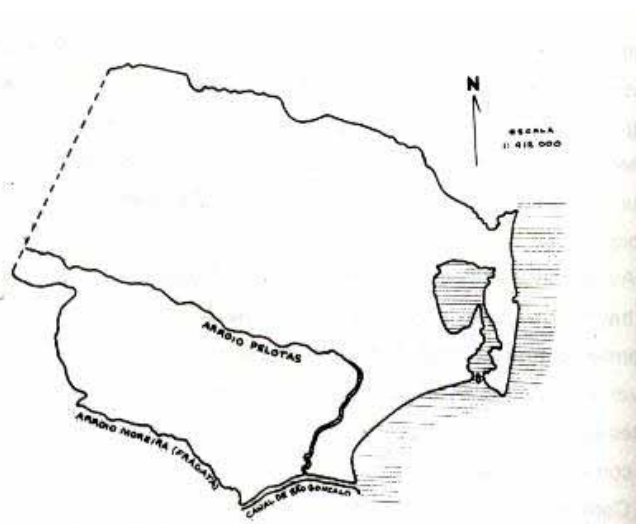


Figura 17 – Mapa de Pelotas: E= 1: 418.000, Na época, onde está representado o arroio Pelotas, a marca do PRIMEIRO SÍTIO URBANO DE PELOTAS, cujas margens se desenvolveu o primeiro sítio urbano¹⁴.

¹⁴ Como explica Nelson Nobre Magalhães, no fascículo I de Pelotas Memória, a seguinte idéia: fascículo I de Pelotas Memória, a seguinte idéia: “Por 178/0, entre cerca de 2000 habitantes esparsos pela baixada do distrito, pequenos núcleos se viam pelo sacro do Laranjal, curso inferior do Arroio Pelotas, margens do São Gonçalo, com seu pequeno Arraial de Passo Rico, costas do Santa Bárbara e Fragata rumo do Capão do Leão”. A análise do texto escrita por Nobre, pode ser compreendida no mapa, acima. Foi justamente, às margens dos cursos d’água é que as charqueadas foram sendo instaladas, tais como no arroio Pelotas, rio São Gonçalo, arroio Santa Bárbara, responsáveis por um progresso comercial da região, tendo iniciado por Pinto Martins em 1780. Conforme o mapa, pode ser observado que, na época, as vias de comunicações eram por rios, canais, arroios, porque as a melhor forma para o escoamento da produção se dava por água.



Figura 18 – Antiga charqueada de José Antônio Moreira. Foto do autor. A antiga charqueada que pertenceu ao Barão de Butuy se encontra em total estado de abandono. Um patrimônio que, ao longo do tempo, encontra a destruição pelas intempéries e pelo vandalismo, sorte que o referido edifício situa-se numa área de difícil acesso. Comparando com fotos mais antigas, nota-se que o estado de conservação está cada vez pior. É lamentável. Hoje, pertence a herdeiros da família Aranal di, mas que não residem em Pelotas.



Figura 19 - Edifício situado no primeiro sítio urbano. Foto do autor. Pertenceu ao Barão de Butuy (José Antônio Moreira). A depredação e atos de vandalismo e até mesmo roubo de materiais são constantes, pois não existe fiscalização. A foto de fevereiro de 2005. Podem ser observadas as duas fotos, esta, comparada com a anterior (figura 18), que foi extraída em 2005, dá para constatar o descaso com o patrimônio.



Figura 20 - Charqueada São João. Foto do autor.

Edifício de estilo colonial onde funcionou a Charqueada São João, de propriedade do charqueador Antônio Gonçalves Chaves, cujo funcionamento ocorreu desde 1810.¹⁵

A forte presença desse estilo, sobretudo, caracterizou a cidade de Pelotas pelos belos edifícios, bastante difundido nos primeiros anos do crescimento urbano, econômico e populacional. O próprio calendário histórico de Pelotas, sobretudo, registra um segundo¹⁶ núcleo urbano. O novo local deveria, primeiramente, abrigar uma pequena paróquia, posteriormente, servir de sede para o futuro município. Para se ter uma idéia, a indicação de um local “adequado” para o estabelecimento da igreja matriz, destinava-se a facilitar a vida dos moradores da localidade para evitar o deslocamento e o desconforto da comunidade da região. Convém ressaltar que a localidade aonde iria se localizar o novo sítio urbano, toda região, pertencia à Vila do Rio Grande. Portanto, era obvio, a ida a Rio Grande para os devidos registros. A criação de um novo espaço físico, evidentemente, para melhor organização da população se destinava a uma nova urbanização, longe da agitação do sítio urbano, os locais das charqueadas, bem como, verdadeiramente, para proteger suas famílias da movimentação de estranhos que se dirigiam para negociar e dos próprios escravos que poderiam servir de ameaça às crianças e moças, filhos dos charqueadores. Outro fator preponderante para estimular a mudança de charqueadores e de suas famílias, era a forma “desagradável” do ambiente

¹⁵ Atualmente a Charqueada São João está sob propriedade da Família Mazza, cuja local foi transformado em ponto turístico, pois até turistas da Europa e de outros pontos do Brasil vêm visitar essa atração turística. É um cartão postal para Pelotas. Convém lembrar que a propriedade já serviu até para as gravações da mini-série “A casa da sete mulheres” da Rede Globo de televisão.

¹⁶ O sítio planejado: área destinada à urbanização onde se estabelece critérios nos traçados das ruas, das casas, entre outros, de acordo com as normas do espaço urbano e características fundamentais nessa forma de organização urbanística.

movimentado, possuindo um odor (mau cheiro) nada suportável no ambiente da charqueada, *mesmo que houvesse um certo cuidado, não seria suficiente torná-lo num empreendimento capaz de criar condições de organização ambiental*. Na época, o que interessava era a organização do espaço físico onde os varais estivessem dispostos ao sol e que a produção do charque se tornasse ideal para a exportação a outras províncias.

O ambiente da charqueada, no entanto, era muito agitado devido à existência do contingente envolvido na produção. Nesse aspecto, também havia grande quantidade de negros, utilizados na mão-de-obra escrava. Cada charqueada ocupava, em média, 80 escravos. Aqueles que fugiam e não fossem recuperados acabavam se estabelecendo nas áreas de difícil acesso¹⁷. Entretanto, os negros fugidos, mas recuperados, eram encaminhados novamente à charqueada. Os negros poderiam se tornar, de repente, um perigo ao feitor, ao charqueador e à própria família. Muitos acontecimentos de violência, principalmente, assassinatos aconteciam contra charqueador e a família, como também, ao feitor. Esses aspectos ocasionaram a mudança da aristocracia charqueadora para outro lugar, aquele que estava se expandindo no sentido sul da freguesia. Assim a elite charqueadora consegue outro espaço físico propício, mais tranquilo e seguro e uma situação geográfica sem alagamentos e nem odor desagradável. Capaz de demonstrar uma transferência óbvia para erigir novos edifícios, a elite charqueadora, o proprietário da localidade, Antonio dos Anjos, e o pároco (Padre Felício) foram responsáveis pela formação de outro sítio: o planejado.

O segundo sítio urbano foi planejado, entretanto, se caracterizou por apresentar dois loteamentos. Primeiramente, na área central onde ocorreu o destino da localização da primitiva igreja, local onde hoje está a Catedral São Francisco de Paula. Posteriormente, o segundo loteamento surgiu na região onde se encontra a Praça Coronel Pedro Osório. Comprovação óbvia, conforme nos relata Mário Osório

¹⁷ As áreas de difícil acesso eram as mais altas, justamente para proporcionar uma espécie de proteção aos negros fugitivos. Essas áreas ficaram conhecidas como “quilombos”. Em Pelotas, obviamente, o distrito Quilombo ficou conhecido por ter “abrigado” escravos fugidos. O distrito de Quilombo situa-se a noroeste do município numa região onde se encontra a Serra dos Tapes, na época de difícil acesso.

Magalhães em seu artigo no *Diário Popular*, havia outros locais a escolher a construção da igreja. Tais alternativas estavam entre o terreno da atual Praça José Bonifácio, a lomba do atual Instituto Nossa Senhora da Conceição e os balneários do Laranjal. Logicamente, a opção caiu sobre a primeira.

Os primeiros loteamentos (conforme figura 21, mapa do segundo sítio, primeiro loteamento) eram constituídos por dezenove quarteirões, doze ruas longitudinais e sete transversais, cujos limites correspondendo ao endereço de atual, eram da avenida Bento Gonçalves e a General Neto no sentido norte-sul e no sentido leste-oeste, a Almirante Barroso e a Marcílio Dias. Referência atribuída a esse local de entorno dos primeiros terrenos loteados pelo capitão-mor Antônio dos Anjos (correspondendo ao cargo de subprefeito, nos dias de hoje), referem-se à forte influência do próprio Antonio dos Anjos para levantar uma área urbana para se tornar futuramente à região central da futura cidade.

O primeiro limite do novo “sítio” que correspondiam o sentido norte-sul, hoje Avenida Bento Gonçalves e a rua transversal, General Neto, logo foi se expandindo. Conforme Mario Osório Magalhães¹⁸:

Era esse, em 1815, o contorno da freguesia, chamada oficialmente de São Francisco de Paula, mas popularmente, já de Pelotas. Por essa ocasião, novas ruas estavam sendo abertas, no sentido sul, na direção do São Gonçalo, em terrenos da viúva Mariana Eufrásia da Silveira, em obediência ainda ao traçado xadrez – ao chamado plano hipodinâmico¹⁹. (...), a vila de São Francisco de Paula abrangia dois loteamentos, centralizados na atual praça Coronel Pedro Osório: o primeiro, referido, de Antonio dos Anjos, e o de dona Mariana Eufrásia, com novas 15 ruas transversais, desde a rua Sete de Setembro, chamada primitivamente de rua do Poço, até a João Manuel, às margens do São Gonçalo, denominada, sugestivamente, Detrás da Olaria – porque a rua da Olaria era a anterior, a atual Conde de Porto Alegre.

Convém ressaltar que o sítio urbano (aquele onde surgiram as charqueadas)

¹⁸ MAGALHÃES, Mário Osório. A casa mais antiga. Pelotas, *Diário Popular*, ano 115, 04 de julho de 2004.

¹⁹ Conforme Aurélio Buarque De Hollanda em o *Novo Dicionário Aurélio*, o prefixo HIPO significa posição anterior; escassez.

era inadequado, enquanto que o novo sítio desempenharia uma certa importância e preocupação com futuro.

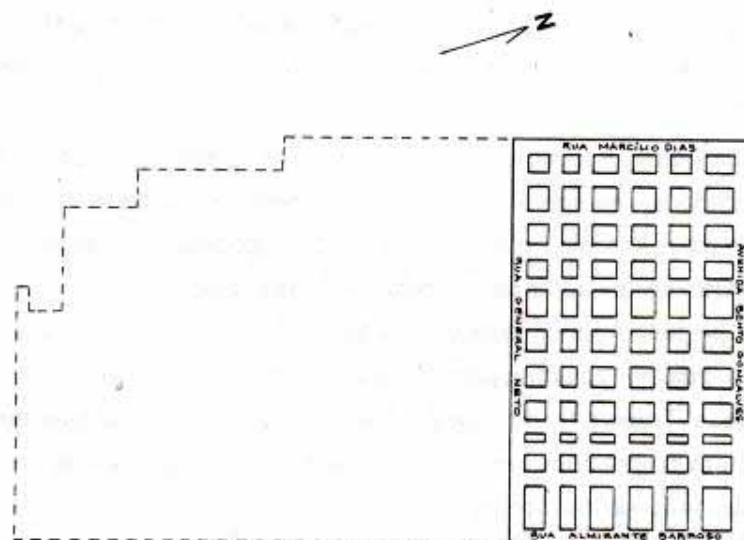


Figura 21 – Mapa urbano de Pelotas, mostra o primeiro loteamento do segundo sítio.

Planejamento de um novo sítio se fazia necessário, conforme interesses das pessoas ligadas diretamente a um novo plano urbano. Pois o sítio urbano onde começou a freguesia (a primeira concentração populacional) era um ambiente socioeconômico produtivo que não agradava à elite charqueadora e, sobretudo, a sua família. Logicamente, que a residência no local da charqueada não se apresentava como um lugar adequado à elite. Era uma área que apresentava elevada concentração de pessoas distantes²⁰ da família do charqueador. Portanto, a elite tratou de transferir residência para um local que lhe desse mais segurança. O local adequado foi à área que pertencia à D^a Mariana Eufrásia, isto é, o entorno da atual Praça Coronel Pedro Osório. No entanto, foi nesse espaço físico, planejado, é que ocorreu a construção do primeiro edifício no local que serviria de sede para o futuro município, ainda no período colonial.

Conforme relata Mário Osório Magalhães, editado no Diário Popular em 2004,

²⁰ Correspondente a pessoas estranhas que tinham nenhum grau de parentesco com o charqueador, além dos negros que faziam parte da propriedade do charqueador.

no artigo “A casa mais antiga”²¹, na área onde ocorreu o primeiro loteamento o qual pertencia a Antonio dos Anjos, havia funcionado uma antiga charqueada e adquirida por ele em 1806. De acordo com o relato do historiador:

(...) No instante da criação da freguesia, havia no seu interior, ao que se sabe, apenas duas casas: em uma, coberta de palha, residia o futuro vigário, padre Felício, sendo, sendo chamada de Sítio dos coqueiros: ficava na rua Gonçalves Chaves esquina Neto no limite sul e quase no limite leste da nascente freguesia, e daí o nome primitivo da General Neto: rua dos coqueiros; na outra, com cobertura de telha, residia a família de Antonio José Torres (ele, sua mulher, dois filhos e uma filha: ficava na rua Major Cícero entre Felix da Cunha e Anchieta, (...)).

A referida casa a que o historiador se refere é do estilo colonial, pois justamente, esse era o estilo da época em todo o Brasil. Mesmo a transferência da urbanização tendo se transferido para uma área mais alta, o estilo arquitetônico, único na época, foi mantido, por se tratar do Brasil Colônia ser um “retrato” arquitetônico de Portugal.

A transferência do sítio urbano para um sítio planejado já demonstrava o crescimento econômico da localidade pertencente à Vila do Rio Grande. Isso foi comprovado, a partir dos relatos publicados pelo naturalista francês Augusto Saint-Hilaire, quando da sua visita à região das charqueadas, que, na época, eram dezoito, embora esparsas, mas em pleno funcionamento. O pesquisador francês ainda encontrou um povoado com mais de cem casas, tendo se hospedado na sede de Gonçalves Chaves. Tal comprovação de Saint-Hilaire demonstrou que a economia da região mesmo fazendo parte da configuração geográfico-administrativa, proporcionava tornava-se auto-suficiente em termos de economia. Comprovação verdadeira que serve de exemplo, também, é o “Casarão 2”, que mantinha um mirante (tolião ou torreão), onde se avistava o movimento da charqueada próxima, do “porto” e o livre comércio do charque. Construído em 1830 pelo charqueador Jose Vieira Viana, português, seu primeiro proprietário, o referido casarão, de estilo colonial, com o falecimento da viúva D^a Rosália Alves Viana por volta de 1865,

²¹ MAGALHÃES, Mário Osório. A casa mais antiga. Pelotas, Diário Popular, ano 115, 04 de julho de 2004.

passou para os domínios de José Antonio Moreira, o Barão de Butuy. Em 1870, este casarão sofre uma reforma e ocorre a mudança de estilo. O colonial foi substituído por outro estilo. O eclético passou a fazer parte do edifício reconstruído.

Entretanto, novos foram edifícios foram sendo construídos, porém outro estilo arquitetônico passou a dominar a paisagem urbana de Pelotas a partir do século XIX. A arquitetura colonial, embora fosse usada, a visão do eclético, passou a ser mais presente, porque trazia as últimas informações da Europa. Como o crescimento econômico se acentuava, modificações evidentes se tornaram palcos das transformações urbanas. Historicamente, o colonial representou o surgimento de um estilo trazido da metrópole e que marcou a formação urbana de Pelotas. Nas figuras 22 e 23, abaixo, aparece o “Casarão dos Mendonça” de estilo colonial. Está situado numa área próxima às de propriedade de D^a Mariana Eufrásia, há muito tempo em estado de ruínas. Os proprietários são responsáveis pelo abandono e, da própria vontade, preferem que casarões como esse, de um estilo histórico, fique em ruínas, pois os respectivos proprietários dão preferências à “*máfia da construção*” a qual é inimiga da identidade histórica e cultural. Pela situação em que se encontram alguns prédios históricos de Pelotas, a comunidade, realmente, precisa de apoio amplo das leis, mas que sejam cumpridas com rigor.



Figura 22 – Foto de Rafael da R. Guterres. Casarão dos Mendonça. Localizado no primeiro loteamento na divisa com o segundo.



Figura 23 – Casarão dos Mendonça. Foto de Rafael da R. Guterres. O casarão que atualmente está em estado de ruínas. Pode ser observado um aspecto de poluição, pois há a presença do verticalismo.

O Brasil Colônia pode ser considerado uma representação de Portugal, no estilo de arquitetura que dominava o primeiro sítio urbano. A prosperidade dos charqueadores, através da atividade saladeril, fez com que essa elite vivesse no luxo e no esplendor e elevasse o nome da cidade no Brasil e na Europa. A história de Pelotas está diretamente relacionada com a formação dos sítios urbanos (figuras 17, 21 e 24), cuja existência propiciou a formação de estilos de arquitetura da cidade no pretérito e no presente.

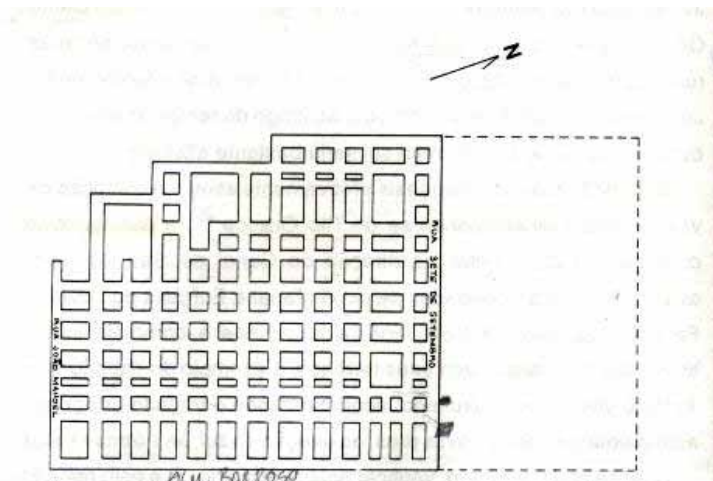


Figura 24 - Mapa urbano de Pelotas referente ao segundo sítio, segundo loteamento. Para lembrar que este loteamento inicia na (atual) rua Sete de Setembro.

CAPÍTULO IV - O ESTILO COLONIAL EM PELOTAS

Pretérito e presente

A história da arquitetura, *especialmente o estilo colonial*, de Pelotas, remonta ao tempo das charqueadas e pode ser contada a partir de dois momentos característicos, conforme a localização dos sítios. O estilo arquitetônico nesse período que caracterizou Pelotas foi o colonial, numa época em que a arquitetura do Brasil representava um retrato de Portugal. O primeiro momento trata-se das edificações que se erigiram ao longo do arroio Pelotas, a partir da situação econômica que se desenvolvia. O segundo foi o que se desenvolveu a partir do planejamento urbano. O desenvolvimento da urbanização de Pelotas ocorreu com a evolução da atividade saladeril, que proporcionou uma expansão física e populacional e, evidentemente, os próprios edifícios que foram erigidos ao longo do arroio apresentavam as mesmas características daqueles que foram sendo construídos no novo sítio.

Os primeiros edifícios construídos às margens do arroio Pelotas, correspondentes às propriedades das charqueadas, foram erigidos a partir do crescimento econômico dos estabelecimentos saladeris. Alguns ainda resistem, apesar das intempéries como é o caso do edifício construído para abrigar a família e, posteriormente, a administração da charqueada de José Antonio Moreira, o Barão de Butuy, um verdadeiro monumento que representa o apogeu da economia de Pelotas.

As condições de restauro desse edifício, sobretudo, devem-se observar o Projeto de Lei 265/2002 tendo passado a ser a Lei 11.895/2003 do então deputado estadual Bernardo de Souza (Anexos 1,3 e 5), conforme explicação no capítulo VI, que traz um estudo sobre a referida lei. Ainda há condições de livrar os edifícios do descaso e colocar mais responsabilidade ao poder público. À própria comunidade pelotense precisa ser conscientizada, para isso é preciso que sejam aproveitados os recursos do “Projeto Monumenta²²”. A história da cidade deve ser contada através

²² *Projeto Monumenta*, foi idealizado pelo Ministério da Cultura, e lançado no fim de 1999 em parceria com as prefeituras. Ainda em execução, é pioneiro em termos de abrangência nacional e ação continuada, objetivando a restauração e a promoção da auto-sustentabilidade dos principais conjuntos de patrimônio histórico e urbanos do país.

dos próprios edifícios, que representam no presente, a história “viva” da era das charqueadas. É importante que se livre nossos monumentos dos atos de vandalismo e do desconhecimento histórico. Como tem ocorrido a falta de identidade das pessoas da comunidade pelotense em função da valorização dos monumentos da cidade é preciso que a própria Prefeitura Municipal de Pelotas dê condições e desenvolva projeto de conscientização dos cidadãos, principalmente às pessoas de um nível intelectual e cultural bem mais inferior, para que aprendam mais sobre a devida importância que cada edifício histórico representa para todos os pelotenses.

Logicamente, o restauro é o principal elo de ligação entre a História, a Arte e a Cultura²³. Considerando o significado de cultura, que representa a essência para a compreensão da importância do restauro, o livro “*Ética e cidadania*”, de Carla Rodrigues²⁴, nos dá a seguinte idéia:

A cultura está entre nós, sempre. É no campo da consciência que o mundo se faz ou desfaz, é nesse universo da imagem, do som, da ação, da idéia. Tudo se resolve na criação. É na invenção que o tempo volta atrás e o atrás vai para frente. É onde o homem vira bicho, bicho conversa com gente. É onde eu sou Guimarães, você é Rosa. É onde fica como dantes ou tudo muda num átimo. É onde você se entrega de mãos amarradas ou se rebela de faca no dente. É onde o silêncio vira pedra ou o grito rompe tudo e esparrama vida por todos os poros. E onde o riso chora e o choro é o começo da cura.

Esses são os elementos fundamentais para conscientizar o povo sobre o que representa a restauração de um prédio histórico. Para isso, é de fundamental importância fazer considerações sobre as idéias e o pensamento de alguns teóricos europeus.

²³ SOUZA, H. de; RODRIGUES, Carla. *Ética e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1994. p. 17.

²⁴ Idem, ibidem.

Restauro e Legislação

A palavra restauro (s.m.)²⁵ de acordo com o Miniaurelio, o vocábulo traz o seguinte, a partir do seu infinitivo, “por em bom estado, refazendo ou consertando o que está quebrado ou renovando o que se está deteriorado, repondo o que se gastou”. De um lado, consultando Viollet-le-Duc, na obra *Restauro*, restaurar um edifício não significa conservá-lo, reconstruí-lo apenas com a boa disposição, entretanto, o fundamental é restituí-lo a um estado de inteireza que possa representar em um dado momento na forma como foi no passado. Restituir um edifício da forma como foi no passado, não reconstruí-lo, é apenas usado a partir do segundo quartel do século XX. Não era feito na Antigüidade.

Os romanos reconstruíam edifícios, mas não restauravam, porque inseriam novos elementos. Conforme Viollet-le-duc, nas suas afirmações, o vocábulo *restauro* não existe no latim, logicamente, *os seguintes vocábulos: instaurare, reficere e renovare, não possuem significado de restaurar.* As grandes obras de reconhecimento feitas por imperadores romanos, cuja determinação era de levantar obras antigas em ruínas, foram, obviamente, apenas reconstruções. Portanto os antigos monumentos e edifícios reconstruídos não foram restaurados, pois não havia esta preocupação em manter obras de arte antigas com as mesmas características idênticas ao passado. Isso porque ainda não havia estudo nessa parte, embora já houvesse a arqueologia. Se os grandes feitos de alguns imperadores romanos de reconstrução de obras antigas pudessem, na época, ter algum elogio, atualmente, se algum feito igual a esse ou semelhante fosse realizado na Europa, certamente, tal feito sofreria de pesadas críticas da comunidade ligada à arqueologia e arquitetura do Velho Mundo.

Os gregos também estavam longe da restauração, pois, não reproduziam da mesma forma os edifícios como eram no passado. O que acontecia verdadeiramente eram as reconstruções dos monumentos e edifícios degradados pela ação do tempo e de guerras. Hoje a evidência é lógica, pois a valorização da História e da Arte é

²⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque De Hollanda. Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001, p.603.

cada vez mais intensa.

Logicamente, o restauro significa a leitura de uma época a ser trazida para nossa realidade para analisarmos, de uma forma bem prática, a sociedade de um passado próximo ou distante. O propósito da restauração não é tratado como a volta ao passado, porém a harmonização do passado ao presente. O restauro estabelece um pressuposto que parte da restauração e harmonização da arte com o passado e o presente, demonstrando a forma de fazer transparecer que a História se mantém viva. Essa riqueza Pelotas também carrega.

Pelotas, uma cidade que possui uma história bastante rica merece ter sua arquitetura em estado de conservação e o processo de restauração em atividade com o aproveitamento do “*Projeto Monumenta*”. Os recursos do projeto deveriam ser aplicados não somente no próprio restauro, mas de forma fundamental na educação patrimonial, com ensinamentos à comunidade em geral. Entretanto, cada obra, cada monumento e cada edifício (não importando o estilo arquitetônico, sobretudo o colonial), deveriam ser noticiados pela imprensa local e do Estado com o objetivo de divulgar a riqueza arquitetônica de Pelotas.

O estilo colonial, do que resta em Pelotas, deve ser valorizado, cuja preservação e restauração devem ser atendidas pela comunidade pelotense, para que as futuras gerações possam contemplar. As autoridades responsáveis devem atender essa reivindicação histórica e artística e desenvolver a rota do turismo pelo arroio Pelotas (Anexos 2 e 4).

A legislação vigente, sobretudo, é o que nos garante a perenidade de cada edifício. Cada região do Brasil contou fortemente com o estilo que marcou a nossa colonização e perpetuou-se através dos tempos, resistindo, em muitos lugares, a ação do tempo e de outros estilos. Nos menores centros, muitos conseguiram resistir, porém, nos maiores, o estilo foi posto abaixo, dando lugar a outros que, muitas vezes, não eram nem mesmo da nossa realidade, como por exemplo, o verticalismo.

O respeito à legislação vigente e à Lei Orgânica Municipal, deve servir de exemplo para todos. Ensinar cada aluno a compreender o significado e importância da legislação na proteção e perenidade da nossa história e cultura, é nossa responsabilidade, mesmo que haja o avanço de outras culturas pela Internet e o bombardeio da mídia. O Brasil, ao longo do tempo, vem assimilando alguns aspectos da cultura dos Estados Unidos, entre eles, o verticalismo. Portanto, o estudo do estilo colonial no Brasil, precisa de forma urgente, um estudo e maior respeito e uma referência significativa para Pelotas, pois trata-se de uma grande contribuição para caracterizar o estilo arquitetônico dos primeiros edifícios pelotenses.

Entretanto, cabe ao mestre, a tarefa de conscientizar os alunos sobre a importância do patrimônio cultural. Seu dever é orientar o educando a partir de uma metodologia que, aplicada, que leve o aluno a compreender, a valorizar e a respeitar a cultura de todas as etnias. Através de um aprendizado consciente e desenvolvido é que o aluno começa a aprender que a cultura está em todo o lugar. A co-participação aluno-professor é de que o interesse cultural se inicia com a fundamentação metodológica relacionada a uma aprendizagem que parta do próprio “eu” (o aluno). No entanto, o homem, na essência de sua vida profissional, passa o tempo a montar mecanismos aos quais permanece prisioneiro voluntário, porque proporciona um aperfeiçoamento dentro da pesquisa em que realiza. Nesse contexto, a co-participação professor/aluno é essencial na continuidade do processo pedagógico na valorização cultural, quando a arte e a ciência se completam, além de andarem juntas.

O historiador, conforme idéias de Chartier, deve utilizar outras ciências para fundamentar seu trabalho a partir da valorização da pesquisa, na integração com outras áreas. O intercâmbio entre as ciências auxilia a pesquisa, incentiva o educando e o prepara para o futuro. Pois a arte parte de seus princípios, de forma que a ideológica e interligada aos fenômenos socioeconômicos, estimulada por seus pesquisadores e artistas, proporcionando a experiência histórica e artística na estrutura de pensar humanamente na contribuição do passado para a atualidade, capaz de interpretá-la como arte e documento presente. Relacionar a arquitetura à História, objetiva ao aluno (futuro cidadão, ainda, em processo de formação) e as

demais pessoas da comunidade a compreender a importância de manter os edifícios históricos de uma cidade.

Relembrar a história e a arquitetura, intercaladas entre si e unidas ao presente proporcionam à comunidade escolar um processo de identificação cultural. A partir dos fatos humanos, a História compartilha a ficção nos seus procedimentos narrativos como a representação do passado, como fonte concreta na formação de um acervo cultural. Para estarmos em defesa do patrimônio cultural, é preciso que se faça um estudo em vários documentos, justamente, partindo da própria Lei Orgânica Municipal, como princípio de embasamento literário na argumentação de um estudo do patrimônio arquitetônico.

A Lei Orgânica Municipal de 3 de abril de 1990 é claríssima, quando se refere à proteção do patrimônio cultural, a partir de inventários, registros, vigilância e desapropriações, cabendo-lhe o estímulo da preservação tal como prevê o Conselho Municipal de Cultura, de acordo com o Art. 208, inciso I, da lei orgânica. Ainda, com relação aos incisos III e V, respectivamente, cabe a esse poder público, priorizar o plano temático de preservação do patrimônio cultural quanto à qualidade de paisagem urbana.

Cabe, conforme o inciso V, “inventariar e tomba os documentos, obras, objetos, paisagens e demais bens móveis ou imóveis representativos do patrimônio histórico, artístico e cultural de Pelotas, por sua relação com a identidade cultural do Município”. A lei orgânica do município apresenta preocupação com o patrimônio cultural. Logicamente, que o arquitetônico é também uma preocupação da carta do município. Porém a LOM *não prevê* estímulos à educação patrimonial, nem sequer por parte da escola, nem ensino fundamental, nem médio. A lei, como instrumento maior, poderia colocar o aluno como centro de um processo, tornando-o sujeito de um processo importante no ensino-aprendizagem, estabelecendo-se uma relação com o patrimônio histórico.

A lei nº 2708/82, anterior à Lei Orgânica Municipal de 1990, estabelece penalidades por infrações, conforme o Art. 30: “As infrações às disposições desta lei

serão punidas com muitas variáveis de 1 (um) a 100 (cem) vezes a unidade instituída pelo município”, onde o seu parágrafo primeiro trata que a fixação do valor da multa se fará de acordo com a gravidade da infração. No entanto, as leis, a pesar de serem claras e estabelecerem com rigor as penalidades para o descaso e destruição do patrimônio se estendendo, inclusive, ao proprietário, não são cumpridas. A estrutura da lei orgânica na organização e defesa do patrimônio cultural estar presente na legislação, atribuindo considerações necessárias ao desenvolvimento cultural. O ensino da cultura e da Arte é uma das melhores didáticas para a educação patrimonial, sobretudo, com o auxílio da História e da Geografia, tendo a lei como suporte de uma proposta de ensino.

Capítulo V - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA PROPOSTA DE ENSINO

Este capítulo trata de uma proposta para a educação patrimonial. A educação patrimonial pressupõe a exploração e estímulo da arte na infância e pré-adolescência através de diálogo e bons exemplos pelos adultos, principalmente professores, os pontos referenciais. Assim, teremos cidadãos.

Primeiramente, de uma forma geral, como trabalhar de forma metodológica, após, como participação do aluno, neste capítulo, foram apresentadas algumas questões, em forma de entrevista, aos alunos do Ensino Fundamental, de 6ª e 8ª séries (Figura 25) e os do Ensino Médio, 2ª série. A apresentação de opiniões tornou-se básica, na realização do presente capítulo. Por último, traz algumas considerações feitas, pelo autor, a respeito de algumas observações realizadas durante o exercício do magistério.



Figura 25 – O professor Luiz Cláudio Guterres com os alunos de 8ª série/2003 da Escola Municipal Independência. Foto da Professora Jussara da R. Guterres.
A foto acima refere-se à presença do professor não ser apenas o mestre, mas também ser amigo dos alunos e da educação.

A possibilidade da criança aprender dá-se num primeiro momento, a partir do núcleo familiar, por se tratar da instituição responsável pelo processo de educação básica para a escolaridade. A escola representa, nas duas primeiras séries, uma certa continuidade da família, pois são necessárias a união e a solidariedade entre os

alunos proporcionados pela professora e, principalmente, é necessário que haja o estímulo e valorização do ambiente de sala de aula. A partir desse aspecto, é preciso que haja também, a veneração *da casa de cada aluno como um patrimônio (artístico e cultural)*, a ser respeitado, pelo menos, que a criança traga para a escola esse valor. O início dessa metodologia pode ser começado com a árvore genealógica (da família), pois a família, além de ser a primeira instituição, é também uma espécie de patrimônio cultural, por ser ela a responsável pelos primeiros ensinamentos necessários à vida e utilizados pela escola.

A valorização do patrimônio cultural, no entanto, deve ser trabalhada desde as séries iniciais. Para que a criança aprenda a respeitar o patrimônio, é preciso que ela seja estimulada para tal. Desde os seus primeiros passos, a criança possui um senso de observação e questionador muito fortes. O primeiro momento é estimular sobre a importância do seio familiar, isto é, o resgate da família. Levá-la à sensibilidade do que a família representa na cultura. Posteriormente, ainda, no núcleo familiar, o conhecimento empírico e as culturas étnicas, devem ser preservados, obedecendo às culturas provenientes de cada povo, como afro, germânicas, latinas, eslavas, entre outras. A escola, sobretudo, deve dar continuidade a essa aprendizagem, resgatando-a e ampliando-a, para que o aluno, além de sujeito, seja o cidadão, construindo conceitos, dando opiniões abstratas e concretas, sobretudo, lógicas.

Evidentemente, não se podem comparar os conceitos entre os alunos, mas é possível analisar cada resposta atribuída a uma ou outra questão. Cada professor explora o assunto de acordo com o seu conhecimento, didática e necessidades relacionadas ao tema, bem como as questões e desafios que vai propor aos alunos. No entanto, o respeito, a preocupação e a valorização possuem a mesma estrutura.

As questões básicas, feitas pelo professor (autor) aos seus alunos do fundamental, exploram a sensibilidade e o espírito artístico e crítico no próprio intelecto de cada aluno. As referidas perguntas seguem-se. A primeira, mais abrangente. “O que tu entendes por patrimônio cultural?”. A segunda, outrossim, foi mais direta referindo-se aos prédios históricos. “Como proteger os prédios históricos?”. A última se referia a forma como preservar o patrimônio cultural. Alguns

alunos pressentiram que as duas últimas tinham o mesmo significado. Na verdade, a segunda refere-se à proteção, enquanto que a terceira significa o fato e a forma de como preservar.

As respostas foram coerentes ao trabalho iniciado sobre o Espaço Urbano e uma abordagem sobre a arquitetura histórica, realizado no terceiro bimestre dos anos letivos de 2003 e 2004 na Escola Municipal do Ensino Fundamental Independência, onde as expectativas foram correspondidas. De um modo geral, algumas das idéias que mais chamaram a atenção mereceram destaques. A que mais apareceu, por maioria simples, caracterizou o patrimônio cultural como *“coisa antiga que vem dos nossos antepassados”*. Depois, surgiu outra que trata o patrimônio cultural à coisa que a cidade guarda por muito tempo, como danças, prédios, costumes, músicas, comidas, etc. Essa última é bem mais abrangente do que a primeira, que não se limita somente à arquitetura, é mais ampla. Pode ser analisado que os alunos já possuem compreensão mais abrangente sobre o significado de patrimônio cultural. Já não tratam mais o patrimônio como sendo somente os prédios históricos, como acontecia nas séries anteriores. Um trabalho de consciência aos alunos do fundamental vem sendo feito por este professor, de forma lenta e gradual, sem atropelos.

Numa referência à segunda questão, foram unânimes, a respeito dos prédios históricos. Respostas coerentes apontaram que as pessoas não deveriam fazer pichações, nem riscar, não depredar. É a noção que eles possuem quanto ao respeito. Quanto à terceira, a maioria respondeu que o ideal para preservar o patrimônio cultural e arquitetônico, *era visitar museus e prédios históricos, aconselhando as pessoas da comunidade a fazerem o mesmo e àquelas que não tem o devido respeito, deveriam ser conscientizadas*.

No Ensino Médio do Colégio Municipal Pelotense, as questões, um pouco mais abrangentes, também corresponderam às expectativas. Foi abordada uma questão: *“Como o patrimônio arquitetônico deve ser protegido e que penalidades deveriam ser atribuídas às pessoas que não valorizam ou que depredam essa riqueza?”*. As respostas que mais chamaram a atenção foram da alunas Ana Julia, Maria Quitéria e

Juliana Xavier, da 2ª série F: “Deve ser protegido, restaurando os prédios velhos, fazendo as pessoas se conscientizarem que é o nosso passado, e as pessoas que não valorizam devem ser punidas pela prefeitura” (Anexo 6).

E no futuro, que os erros sejam pouquíssimos e quase não apareçam. No entanto, a tentativa de se trabalhar a educação patrimonial nunca representa um processo metodológico tardio, porque sempre há o que valorizar e o que ser valorizado. Então, a partir do que o aluno ou a comunidade venere, o professor pode partir daquele ponto. Um exemplo que pode ser avaliado é o monumento *Obelisco*, situado no bairro Areal, que nunca sofreu um ato de vandalismo. Simples, existe a identificação da comunidade com o monumento. É o ponto de referencia da comunidade na sua moradia. Ninguém ousou agredi-lo. Entretanto, essa lição de veneração deve ser compreendida pelo professor, até mesmo, se puder utilizá-la como elemento básico na sala de aula no estudo do “patrimônio”.

O respeito e responsabilidade ao patrimônio cultural se completam com a educação que o professor (a) desenvolve a partir das séries iniciais e o mais tardar nas quintas e sextas séries do fundamental. Para a complementação da proposta pedagógica, é necessário que num primeiro momento, o professor passe a preparar, a partir da valorização da casa onde o aluno mora, posteriormente, a veneração da escola e dos utensílios, já na sala de aula. Para desenvolver a proposta de *educação patrimonial*, *é preciso continuar o que foi iniciado, para isso, realizar visitas a todos os prédios e locais turísticos da cidade e do bairro, para que o professor possa resgatar e estimular o espírito artístico no aluno. Após a realização dos passeios, na sala de aula, é preciso que seja estimulada a criação e a reprodução artística, ou seja, além de criar, o aluno reproduzirá a partir do desenho.* Os professores de Geografia de História, a exemplo da professora de Arte, devem possuir criatividade e senso crítico para estimular o seu aluno a valorizar o seu espaço urbano. Passeio pelo bairro, primeiramente, para observação da realidade física, econômica, etc., posteriormente, na sala de aula, a representação através do desenho e da maquete do seu espaço urbano.

O espaço que o aluno representa pode ser uma réplica ou até mesmo uma representação fictícia, desde que esteja dentro da proposta pedagógica. A relação patrimônio cultural e arquitetônico e a urbanização devem constar continuamente na proposta pedagógica, para que o aluno tenha a devida compreensão da forma como as cidades se desenvolvem.

O trabalho pedagógico voltado para a realidade do aluno é uma prática construtiva. A aprendizagem é o processo que acontece a partir da vivência do educando. A educação patrimonial centralizada na vivência do aluno e relacionada diretamente evolução urbana leva a algumas referências, tais como, a história, o espaço físico-geográfico, o tipo de urbanização a que a cidade está classificada e as condições econômicas a que está submetida. Porém, uma preocupação deve estar sempre presente na vida da escola: que tipo de vivência possui a comunidade? Quais são os problemas sociais que enfrenta? Se há violência ou não? Se existe, qual o tipo? A partir dessas e de outras observações, a escola deve trabalhar voltada para determinadas preocupações, pois a realização pedagógica direcionada à urbanização, vai se deparar com problemas como a violência e o tráfico de drogas e, para isso, todo cuidado deverá ser mantido.

Enfim, é preciso dar os primeiros passos para inspirar melhores condições de vida nas cidades. O patrimônio cultural, a escola e a família estão relacionados entre si e representam uma espécie de “santíssima trindade”. A qualidade na educação, logo, não é envolver o “Amigo da Escola” para auxiliar o professor e a equipe diretiva, mas sim a escola tomar conhecimento sobre a realidade do bairro ou da vila para poder aprimorar culturalmente ou até transformar, se for o caso, a partir da conscientização e compreensão da realidade em que o aluno está inserido. Portanto, o aluno traz um conhecimento de urbanização. O objetivo da educação patrimonial é relacionar urbanização com patrimônio cultural é promover a identidade cultural. Portanto, não há idade para aprender, toda hora é hora, mesmo que tardia, sempre há uma hora para aprender e uma “semente a germinar”²⁶.

²⁶ “Semente a germinar”: “o mestre nunca pode perder as esperanças, pois ele é o maior exemplo para o discípulo (aluno) e uma semente deve representar uma perspectiva fértil na arte”. (Louis C. Gutiérrez).

CONCLUSÃO

A preocupação com a arquitetura é de fundamental importância para a sociedade, para que possa conhecer uma realidade histórica. É, portanto, vestígio de uma época em que as gerações do presente não conheceram. A única oportunidade de compreender a história, além dos livros, é na Arte. Como a arquitetura é mais presente do que um quadro, as classes sociais que pouco acesso possuem a livros, tem a oportunidade de visualizar e tentar compreender a que tempo esse ou aquele casarão pertenceu. Pois essas expressões caracterizam questionamentos feitos por pessoas que pertencem a um poder aquisitivo inferior aos demais níveis da sociedade. A arquitetura representa e preenche a lacuna existente no acesso à cultura.

A educação patrimonial é a base e o ponto de sustentação para o ensino da Arte e o estímulo à cultura, para que o cidadão seja o sujeito na vida e da história da nação. O estudo e o embasamento deste trabalho significam, fundamentam e expressam a importância da arquitetura para o patrimônio cultural.

Como a abordagem da história da arquitetura no Brasil, é necessário que haja uma abordagem que expresse desde os tempos coloniais, onde as primeiras construções começaram a representar um retrato de Portugal, para após, tratar de outros estilos que foram surgindo. Um objeto de estudo do patrimônio cultural e da história da arquitetura é, portanto, na sua essência escrever sobre o estilo colonial.

O estudo deste trabalho embasado em cinco capítulos, cada um com a estrutura definida para conscientizar o aluno. Todos os capítulos tratam da valorização do patrimônio cultural como um todo, porém a ênfase em torno do

estudo realizado se dá em função da arquitetura colonial, o centro deste trabalho.

O Capítulo I fez referência ao Período Pré-Colonial, mostrando como foi a primeira presença de Portugal no Brasil. Essa etapa da nossa história ficou marcada, apenas pela exploração limitada. O recurso essencial que priorizado pelo capitalismo comercial não foi encontrado no território. Quanto à arquitetura existente, somente a indígena e os depósitos feitos pelos portugueses que estavam chegando.

Na continuidade do estudo, o capítulo traz uma abordagem sobre o Período Colonial e os reais objetivos de Portugal no território da colônia, quando começa a organização do espaço administrativo e a introdução de um estilo arquitetônico que começa a se definir. Portugal começa a estruturar a exploração no território. Inicia o povoamento com começam a chegar os primeiros europeus. O embelezamento arquitetônico passa a dar forma a parte ocupada com a valorização dos arquitetos e preocupação com a cultura do branco sobre o índio.

O Capítulo II fez abordagem sobre a origem do estilo colonial no Brasil, com ênfase às principais cidades a partir da mineração.

O Capítulo III abordou um pouco da história de Pelotas, contando a formação dos sítios urbanos.

O Capítulo IV nos proporcionou o que o passado e o presente se relacionam entre si a partir da presença do restauro e legislação.

O Capítulo V apresenta alguns procedimentos didáticos a serem trabalhados na escola na formação do cidadão, a partir de trabalho prático realizado centralizado nos depoimentos de alunos.

Os edifícios coloniais representam, de forma concreta, identidade histórica da comunidade pelotense, especialmente os alunos da cidade de Pelotas. A consciência e a importância de quem educa está na responsabilidade e compromisso dos professores. O que representa a restauração dos prédios

históricos como fator de identidade cultural para a sociedade, é o entendimento e a educação básica que o professor leva ao aluno sobre a importância histórica que retrata um determinado período da história a que a economia de Pelotas, na época, representava para o Estado e para o país. A conscientização do aluno somente ocorre a partir do trabalho do professor na valorização da arquitetura de que *restauração não é recuperar prédio velho, mas sim recuperar uma peça da História que permaneceu através dos tempos*. A comparação entre as arquiteturas da elite e a popular, deve ser levada ao conhecimento do aluno a partir da sua própria conscientização e leitura histórica.

Entender a importância da arquitetura é, sem dúvida, compreender o passado. Quanto ao estilo, é preciso relacionar cada um deles a sua época, bem como à formação do sítio urbano, também, de acordo com o período em que foi formado, tanto a partir da atividade econômica que o levou a ser formado, quanto a um ou a outro ter sido planejado de acordo com que tipo de interesse.

A Geografia, a História, a Arte, entre outras ciências, desenvolvem o espírito crítico e capacidade e compreensão do pretérito e do presente, o faz tecer uma idéia de futuro. Logicamente, o compromisso está na vontade de cada profissional, desde que a idéia floresça desde a infância de cada um. A percepção, a criatividade e o senso de observação estão na essência da pessoa, não considerando, primeiramente, o gosto pela vida e pela obra. O planejamento para o futuro está relacionado com os primeiros passos dados pela criança, para que tenha em si, a confiança e aprenda a se relacionar e respeitar com a idéia, a forma e o idealismo alheio. Na arquitetura, não é diferente, pois alguns desses ideários são fundamentais e forma-se na infância.

A admiração pelos estilos arquitetônicos vai surgindo a partir de observações e sentimento artístico. A sinceridade e a vontade de aprender vem do interior de cada criança. O temor vem do mundo externo. Por outro lado, o autor, neste trabalho, também expressou todo o seu aprendizado cultural, sobretudo na arquitetura, desde a infância, quando observava o que existia do estilo colonial, mas também, não esquecia dos demais estilos, mas o verticalismo assustava e muito,

sem entender o porque daquele estilo estar se propagando pelo espaço naquela época. A arquitetura colonial era a principal a ser observada, mesmo que não entendesse. O que chamava a atenção à eira e a beira, mesmo sem entender o porquê de alguns edifícios possuírem diferenças entre si. Assim, admirar o os edifícios históricos era uma espécie de tentar compreender o que havia se passado na história da cidade, nos momentos que passeava pelo perímetro central de Pelotas.

A arquitetura colonial deve ser preservada em cada canto do Brasil de acordo com as necessidades reais de cada sociedade, considerando, fundamentalmente, os aspectos históricos regionais. Aquela que, primeiros surgiu é a que deve ser sempre lembrada a todos os estudantes, para tenham um pensamento histórico de identidade e não absorver outras culturas em detrimentos da sua.

A arquitetura sempre esteve presente na vida das sociedades, cada estilo conta uma história, logicamente, cada um pertence a um tempo e nos traz um pensamento de um período da história. Cabe às pessoas entenderem o objetivo que cada sociedade erigiu a seu gosto. Cada povo se expressa como autodefesa no espaço em vive e vivencia. A arquitetura, onde cada estilo deve ser objeto de pesquisa, deve propagar-se como instrumento didático através dos tempos...

BIBLIOGRAFIA

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas, Universitária/UFPEL, 2000, p. 21 a 25.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Abaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre, ARTMED, 2001.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo, UNESP, 2001. (?)

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. 4.ed. Porto Alegre, Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990, p.81.

FLORES, Moacir. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

GUIMARÃES, Álvaro. *Um arroio patrimônio do RS: Assembléia Legislativa aprovou iniciativa para incrementar o turismo*. Pelotas, Diário Popular, ano 113, nº 174, domingo, 9 de março de 2003, p. 11.

GUTIERREZ, Éster J.B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2ed. Pelotas, Universitária/UFPEL, 2001.

GUIMARAES, Álvaro. *O arroio que mais parece um rio: patrimônio natural e cultural do Rio Grande do Sul, o arroio Pelotas tem sua importância redescoberta pela cidade*. Pelotas, Diário Popular, ano 113, nº 207, domingo, 11 de abril de 2003, p. 4.

HORTA, Maria de Lurdes Parreiras et alii. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília, IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). *Cartas patrimoniais*. 2. ed. ver. aum. Rio de Janeiro, IPHAN, 2000.

LE MOS, Carlos A. C. *Arte no Brasil: cinco séculos de pintura, arquitetura e artes plásticas: Os primeiros cem anos*. São Paulo, Abril, 1979, p.24, v.1.

LE MOS, Carlos A. C. *Arte no Brasil : cinco séculos de pintura, arquitetura e artes plásticas: Na terra dos tropeiros*. São Paulo, Abril, 1979, p. 272, v.1.

LEMOS, Carlos A. C. *Arte no Brasil: cinco séculos de pintura, arquitetura e artes plásticas: Glossário*. São Paulo, Abril, 1979, p.977, v.2.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. 3ed. São Paulo, Ática/Scipione, 1991.

MAESTRI Fº, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. EDUCS-Universidade de Caxias do Sul/Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

MAGALHÃES, Mário Osório. *História e tradições da cidade de Pelotas*. 2ed. UCS/Escola superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto Estadual do Livro, 1981.p. 21.

MAGALHÃES, Mário Osório. A casa mais antiga. Pelotas, Diário Popular, ano 115, 04 de julho de 2004, p.4.

MAGALHAES, Mário Osório. *História de Pelotas em quadrinhos*. Diário Popular, nº08, 3 de Setembro de 2001, nº 07,ano 112.

MAGALHAES, Mário Osório. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890)*. 2ed. Pelotas, UFPEL/Mundial, 1993.

MINAS COLONIAL. Efecê, 1980, p. 4-40.

NOBRE Nelson. *Pelotas memória*. Pelotas, Litoarte, fascículo I, 1989.

NOBRE Nelson. *Pelotas memória*. Pelotas, Litoarte, fascículo II, 1989.

NOBRE Nelson. *Pelotas memória*. Pelotas, Litoarte, fascículo IV, 1989.

NOBRE Nelson. *Pelotas memória: o tempo do ontem...* Pelotas, Litoarte, ano11,nº2,2000.

NOBRE Nelson. *Pelotas memória*. Pelotas, UCPEL/ESIN-LAD/CD, ano11,nº1, 2000.

OSÓRIO, Fernando Luís. *A cidade de Pelotas*.Porto Alegre, Globo, 1962.

SOUZA, H. de; RODRIGUES, Carla. *Ética e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. 4ed. São Paulo, Contexto, 1991, p. 60-80.

TERSARIOL, Alpheu. *Minidicionario brasileiro*. 2ed. Erechim-RS, Edelbra, 1997.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *(Dourado, Odete), Restauro (Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle)*, Salvador, 3ed.,1996.

Weimer, Günter. *A arquitetura*. 3ed. Porto Alegre, Universidade/UFRGS, 1999.

ZANOTELLI, Jandir João et alii. *Rio Grande do Sul: arquétipos culturais e desenvolvimento social*. Pelotas, EDUCAT, 2000.

GLOSSÁRIO

ALPENDRE²⁷ – cobertura saliente, de uma só água;

ALPENDRADA²⁸ - grande alpendre, apoiado em esteios ou colunas, aberto aos quatro ventos ou protegido por alguma parede, etc.

ALPENDRADO²⁹ - que possui alpendre, coberto por alpendre;

ARQUITETURA COLONIAL – diz-se do tipo de arquitetura muito comum no Brasil desde os primeiros tempos da colônia até o primeiro quartel do século XX³⁰;

BEIRA – parte do telhado que avança com o objetivo de proteção às paredes³¹;

BEIRAL – parte do telhado que avança além do prumo das paredes, a fim de protegê-las e dar escoamento às águas da chuva; *o mesmo que aba*³².

CAMARINHA³³ – parte integrante de uma casa de estilo colonial;

CACHORRO – *peça saliente de madeira colocada no alto da parede para sustentar uma trave, beiral, sacada ou cornija*³⁴.

CRUZ – *parte interna que dividia as primeiras habitações coloniais nas Minas Gerais em forma de cruz, pois as casas (ranchos) arquitetura de uma única peça*;

Cultura oral - o que a cultura da colonização contribuiu com a riqueza da arquitetura, também ocorreu uma outra contribuição importante que foi o *conhecimento empírico na transmissão oral de gerações*. Uma prova disso foi o surgimento de algumas expressões ainda existentes na atualidade. Entre elas, podem ser citadas, “**sem eira e nem beira**”, diz-se da pessoa que nada possui, um pobre coitado, um sujeito infeliz e que não possui bens. “**Feito na perna**” ou “**feito na coxa**”: aquilo que não é planejado, ou seja, é realizado na última hora (momento).

CUMEEIRA – *a parte mais alta do telhado, onde se encontram as águas; a viga mais alta do madeiramento do telhado, sobre a qual pousam os caibros*. Popularmente,

²⁷ FERREIRA, Aurélio Buarque De Hollanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986, p. 91.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ Estilo de arquitetura colonial no Brasil: existente nas pequenas cidades pelo interior brasileiro, àquelas de colonização portuguesa. Um exemplo: Ouro Preto, Tiradentes em Minas. Goiás (antiga capital do Estado, substituída por Goiânia).

³¹ FERREIRA. Op.cit.

³² Idem.

³³ Conforme Aurélio, o minidicionário atribui a esse aposento como sendo um quarto. Como outra referência feita pelo autor à camarinha se assemelha bastante ao tolião;

³⁴ - LEMOS, Carlos A. C. *Arte no Brasil: Os primeiros cem anos*. São Paulo, Abril, 1979, p. 989.

conhecida como “cunheira”.

EIRA – área de chão batido, lajeada ou cimentada.³⁵

ESTILO COLONIAL – diz-se do tipo de arquitetura muito comum no Brasil desde os primeiros tempos da colônia até o primeiro quartel do século XX³⁶;

FRECHAL – *viga que sustenta os caibros do telhado, apoiada ao longo de uma parede.*

FORMA DO TIJOLO – *os tijolos apresentavam-se a partir de um tamanho bastante diferente dos que existem hoje. O tamanho do tijolo antigo possuía um comprimento aproximado a 35 cm, enquanto que a largura contava, em média, 14 cm. A medida de um tijolo fabricado até os dias atuais chega a 23 cm X 10 cm; nota-se que a diferença é bastante acentuada, porém há uma justificativa na redução, porque se fosse mantida a medida anterior, os recursos da natureza, ou seja, do solo chegariam à extinção bastante provável do solo argiloso e, por conseguinte, um provável impacto ambiental.*

JANELA GUILHOTINA – *tipo de janela dupla, ou seja, duas “folhas”, quando são abertas ficam no mesmo sentido. Esse tipo de janela funciona no sentido vertical, no sentido para baixo, uma das folhas desce, enquanto a outra, fixa, fica no sentido elevado. Daí o nome “guilhotina”, pois no momento em que uma das folhas é acionada para baixo, dá a impressão de ser o velho instrumento utilizado na França antes e até durante a Revolução Francesa.*

PEÇA³⁷ - *parte de um todo; uma das partes que compõe uma habitação;*

PERIODO COLONIAL – *época em que o Brasil passou pela colonização portuguesa de 1530 a 1815, transformado em colônia de exploração, ou seja, produzir para exportar ou abastecer o mercado europeu. Em 1815, a Colônia transformada em “Brasil Reino Unido a Portugal e Algarves” pelo Príncipe Regente D. João. Duração até 1822, quando ocorreu a independência política. Outros autores defendem a idéia de colonização de 1530 a 1822. Neste período a arquitetura já representava uma espécie de retrato de Portugal.*

PUXADO – *acréscimo utilizado na arquitetura dos tempos coloniais, ainda em uso até nos dias de hoje.*

³⁵ FERREIRA. Op.cit.

³⁶ Idem.

³⁷ LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. 3ed. São Paulo, Ática/Scipione, 1991, 471.

QUADRADO – diz-se da planta com os lados iguais utilizada como planta inicial nos tempos coloniais;

SAPÊ – espécime de gramínea usada para cobrir choças (habitação bastante simples)³⁸;

TELHA “NA PERNA” – a telha de canal, como é chamada hoje, a forma, a qual servia para fabricação dessas telhas, a coxa dos negros (escravos), daí o termo “feito na coxa” ou “feito na perna” ou “feito na coxa”, como pode ser observado na figura nº9. Esse termo originado dos tempos coloniais, bastante usado no presente, com significado de feito na hora, no momento e sem ser planejado.

TIJOLO – peça de argila cozida, geralmente em forma retangular; ver “Forma do tijolo”; atualmente, existe outras formas deste material, para que o consumidor possa obter melhores condições de economizar e a natureza também;

TOLIÃO – ponto de observação existente nos edifícios de estilo colonial situado na parte superior acima do telhado. Servia para que os proprietários e serviçais pudessem observar o movimento da região.

TOSCO – natural, rudimentar, que não sofreu transformação.

³⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Mini Aurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa. 4ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1

Bernardo de Souza explica o projeto

DIÁRIO POPULAR (DP)

- Quais as principais motivações do projeto?

BERNARDO DE SOUZA

(BS) - Dois motivos justificam: o cultural e o ambiental. O primeiro tem por base o fato de que o nome da cidade deriva-se do arroio e que foi nas margens do Pelotas, que estabeleceram-se as charqueadas, que durante muitas décadas foram a grande força da economia local e regional. Na diversidade da fauna, flora e na pureza das águas está a base da importância ambiental do arroio.

DP - Quando o senhor fala em pureza das águas quer dizer exatamente o quê?

BS - Estudos mostram que o arroio Pelotas é hoje um dos raros cursos d'água do Brasil e do mundo que não está poluído.

DP - E com relação à diversidade de fauna e flora o que dizem os estudos?

BS - Foram mapeadas e encontradas no arroio um total de 309 espécies de animais diferentes e mais de 200 espécies diversas de plantas.

DP - O que deve ser feito



DEPUTADO: arroio não está poluído

a partir de agora?

BS - Primeiro lutar para preservar o que o arroio Pelotas tem de bom, ou seja, suas águas limpas, sua fauna e sua flora. Depois buscar esta valorização do significado econômico por trás do patrimônio através do incentivo do turismo ecológico e cultural. A partir do momento que o arroio passa a ser considerado um patrimônio do Estado fica mais fácil obter recursos para sua preservação e sua exploração racional e auto-sustentável.

Bernardo de Souza explica projeto. Foto arquivo Diário Popular.

Notícia Diário Popular: entrevista com o então Deputado Estadual Bernardo de Souza, autor da lei de proteção do Arroio Pelotas, patrimônio histórico do Rio Grande do Sul.

ANEXO 2

CIDADE **DIÁRIO POPULAR 11**

DESENVOLVIMENTO

Um arroio patrimônio do RS

Assembléia Legislativa aprovou iniciativa para incrementar o turismo

Fotos Arquivo - DP

Álvaro Guimarães

O incremento do turismo e, conseqüentemente, a criação de postos de trabalho e renda, é uma das expectativas com relação ao arroio Pelotas. No início da última semana a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou por unanimidade o projeto de lei de autoria do deputado Bernardo de Souza (PPS), que declara o arroio patrimônio cultural do Estado. A partir de agora tem início uma intensa agenda de atividades de divulgação do projeto e seus efeitos para a cidade.

O autor do projeto defende que o significado econômico por trás do patrimônio cultural pode, sim, trazer dividendos para Pelotas. Isto deve acontecer, principalmente, através da exploração do turismo com ênfase tanto no patrimônio arquitetônico existente às margens do arroio, como nas belezas naturais do lugar. "Haverá tanto um incremento dos passeios de barco, como das visitas às charqueadas e uma ampliação natural da exploração e da estrutura turística do local", defende.



EXPLORAÇÃO: passeios de barco e visitas às charqueadas estão previstos

Pelotas: patrimônio cultural do Estado. Conheça, visite, preserve.

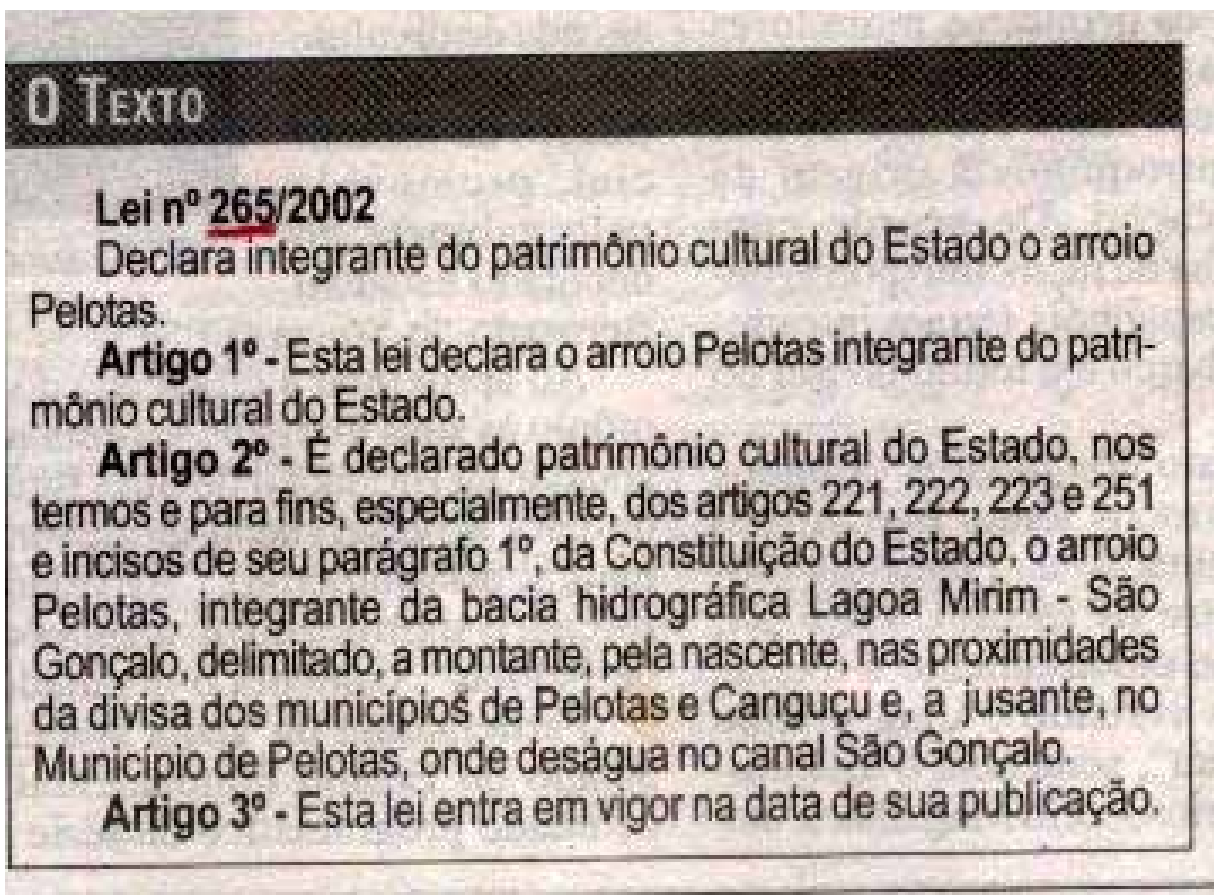
O ponto alto da agenda ocorrerá nos dias 10 e 11 de abril, quando autoridades da região e do Estado, estudantes e representantes da comunidade pelotense participarão de passeios programados ao arroio e sua foz, além de um seminário que pretende discutir os aspectos históricos, geográficos e ambientais em torno do Pelotas. Na mesma época também deve ocorrer o lançamento de livros e exposições tendo o arroio como tema.



PETROBRAS
DISTRIBUIDORA S.A.

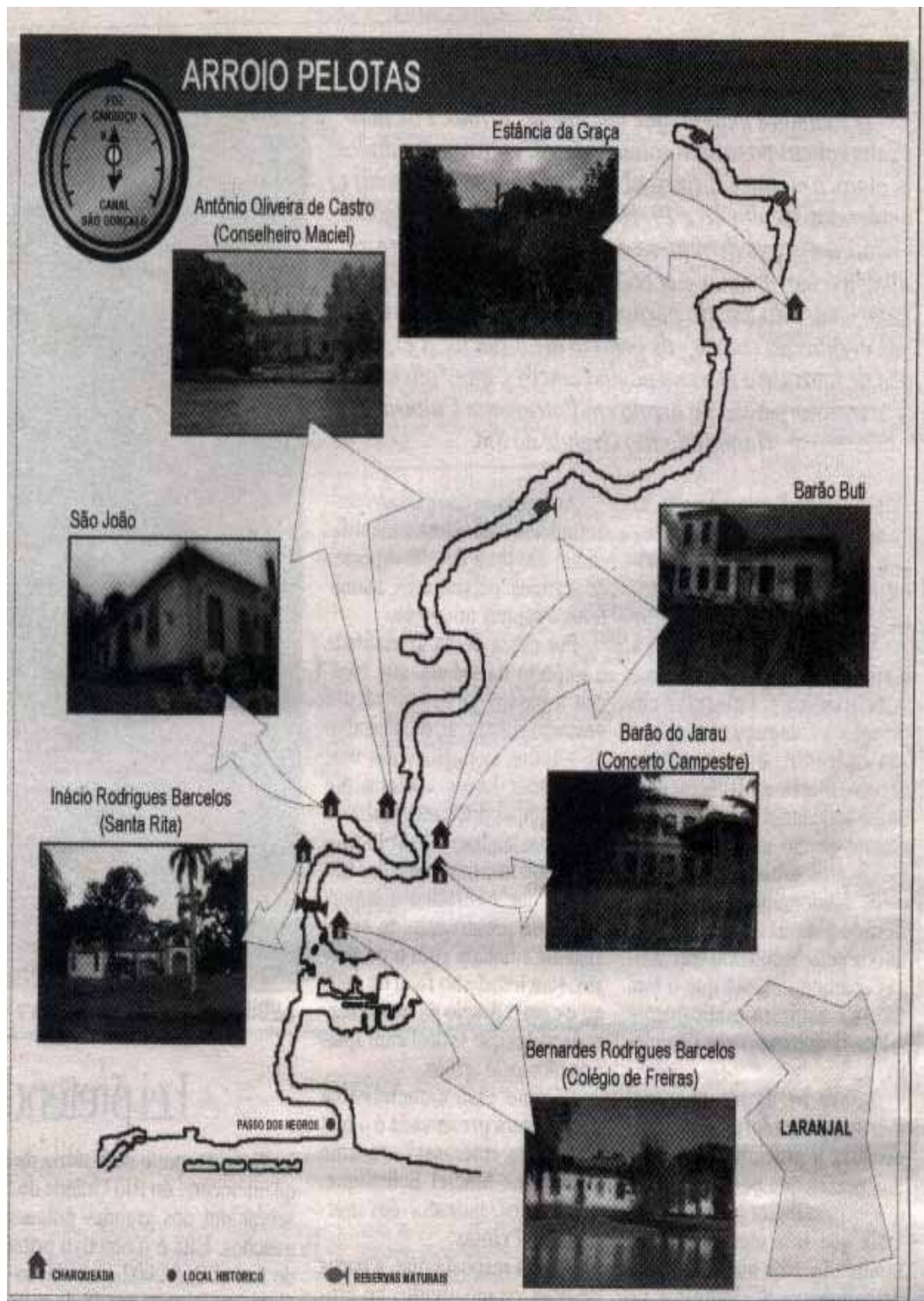
Arroio Pelotas: patrimônio do Rio Grande do Sul. Foto arquivo Diário Popular. Reportagem sobre a lei que defende o arroio Pelotas como patrimônio do Rio Grande do Sul, criada pelo então deputado estadual Bernardo de Souza. Reportagem publicada no dia 11 de abril de 2003.

ANEXO 3



Projeto de Lei 265/2002 – declara o arroio Pelotas como patrimônio cultural do Rio Grande Sul.
Publicação do Diário Popular referente ao dia 11 de abril de 2003.

ANEXO 4



Arroio Pelotas: roteiro turístico. Diário Popular.

Referencia a importância do arroio Pelotas na produção de turismo como forma de resgatar a história da cidade para a comunidade local e aos turistas. Notícia publicada no jornal Diário Popular de 11 de abril de 2003.

ANEXO 5



BOLETIM INFORMATIVO

DEPUTADO BERNARDO DE SOUZA - PPS Maio DE 2003

PARA
JUSSARA R. GUTERRES
RUA SAO FRANCISCO DE PAULA, 1822
AREAL
PELOTAS RS
CEP: 96030-730

Palácio Farroupilha - Porto Alegre - RS - CEP 90010-300
Gabinete - 4º andar - Tel.: (51) 3210-2170 - Fax: (51) 3210-2633
Bancada - 5º andar - Tel.: (51) 3210-2923 - Fax: (51) 3210-2773
E-mail: bersouza@al.rs.gov.br
Homepage: www.al.rs.gov.br/bernardo
Chefe de Gabinete: Ricardo Rangel da Fonseca
E-mail: ricardo.rangel@al.rs.gov.br
Coordenadora da bancada do PPS: Paula Schild Mascarenhas
E-mail: paulamascarenhas@al.rs.gov.br
Jornalistas Responsáveis: Yara Pereira (reg. prof. 5421)
e Ana Jung (reg. prof. 10278)
Colaboração: Paula Bodanese
Tel.: (51) 3210-2623 - Fax: (51) 3210-2772

IMPRESSO

ARROIO PELOTAS É PATRIMÔNIO CULTURAL DO RS

O governador do Estado, Germano Rigotto, sancionou em 28 de março, durante interiorização do governo em Piratini, o Projeto de Lei 265/2002, que declara o Arroio Pelotas integrante do patrimônio cultural gaúcho, passando a ser a Lei 11.895/2003.

O líder da bancada do PPS, deputado Bernardo de Souza, autor da proposta, explica que a lei tem como objetivo chamar a atenção para a importância histórica do arroio, já que foi em suas margens que se instalaram as charqueadas, estabelecimentos que deram impulso à economia da região Sul. O Arroio Pelotas concentra fauna e flora abundantes, além de várias espécies ameaçadas de extinção, como o bico-de-pimenta, o cascudo (peixe), o gato-do-mato e jaguatirica.

A declaração serve também para auxiliar na preservação do manancial, como destaca a assessora de Meio Ambiente da bancada do PPS, Andréa Tavares Camargo: "A situação do Arroio Pelotas é um caso típico de preservação. Além dos custos serem bem menores do que os da recuperação ambiental, a preservação de um ambiente resulta em benefícios econômicos, com o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo cultural", explica.

Parcerias com a Assembleia Legislativa, a San Marino Veículos e a Ato Produção Cultural possibilitaram a realização de atividades, como o concurso "Fotografe o Arroio Pelotas", as visitas à charqueada São João (onde foram gravadas cenas da minissérie A Casa das Sete Mulheres) e a uma das nascentes, em Canguçu, e o percurso ao longo do arroio, ocorridos nos dias 10 e 11 de abril. Participaram estudantes, representantes de órgãos públicos estaduais e municipais e historiadores.

Foto: Marcelo Curia



Placas indicam localização do arroio

Editorial

Se me permites, quero invadir teu tempo. Este "boletim", mais uma vez, traz um pequeno resumo de minhas atividades, ao início deste terceiro mandato que a vontade generosa do povo me concedeu.

E, mais uma vez, quero reafirmar – com absoluta coerência – os compromissos de sempre: com a ética, a dedicação ao trabalho e, especialmente, com aqueles mais carentes.

E, ainda, não quero deixar de falar sobre esta guerra que se abateu sobre a humanidade, afirmando minha convicção de que todas as guerras são injustas. Segundo esta convicção, ainda que a Organização das Nações Unidas – ONU – tivesse chancelado esta guerra, eu estaria aqui a proclamar a mesma convicção de que sua incomensurável sequência de mortes, ferimentos, danos materiais e afronta a valores culturais e afetivos a faria – sempre e sempre – injusta.

Não signifique, isto, preferência por um ditador, opressor como todos.

Não.

Ser contra a guerra é compatível com a circunstância simultânea, onde me situo, de ser contra a agressão de G. Bush e contra a ditadura de S. Hussein.

O argumento pela injustiça de qualquer guerra é simples: como se trata de ações de força, sempre vencerá o mais forte ou o mais esperto. Nunca a guerra será o meio de medir a melhor razão ou a causa mais justa.

Aqui, aproveito e reafirmo minhas entranhadas convicções democráticas, que me levam – com a coerência de sempre – a rejeitar e denunciar todas as formas de ditadura e de opressão.

Ainda haveria que falar sobre as eleições que o processo democrático fará acontecer em 2004, em cada Município brasileiro. Mas, embora o tempo seja longo, o espaço é curto...

Um grande abraço.

BERNARDO DE SOUZA

CASA DE SIMÕES
LOPES NETO
RECEBE PATROCÍNIO

2

PL 121/03
AMPLIA
ALCANCE DA LIC

3

PARTICIPAÇÃO POPULAR
DEBATIDA
EM SEMINÁRIO

Boletim Informativo – Deputado Estadual Bernardo de Souza – Maio de 2003 – documento que a informação de que o Governador Germano Rigotto sancionou o Projeto de Lei 265/2002, que declara o arroio Pelotas como patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul, passando a ser Lei 11.895/2003.

ANEXO 6

Questionamentos dos alunos